



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PRODERE**

**CRESCIMENTO POPULACIONAL: A CORRELAÇÃO
ENTRE EDUCAÇÃO, NÚMERO DE FILHOS E RENDA PER
CAPITA DO ESTADO DO AMAZONAS NO ANO DE 2000**

KÁTIA MARIA MOTTA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

MANAUS - AM

2006

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS
FACULDADE DE ESTUDOS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
DESENVOLVIMENTO REGIONAL - PRODERE**

KÁTIA MARIA MOTTA TEIXEIRA DE OLIVEIRA

**CRESCIMENTO POPULACIONAL: A CORRELAÇÃO
ENTRE EDUCAÇÃO, NÚMERO DE FILHOS E RENDA PER
CAPITA DO ESTADO DO AMAZONAS NO ANO DE 2000**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: População e Desenvolvimento.

Orientador: Prof^o Dr. Sylvio Mário Puga Ferreira

MANAUS

2006

CRESCIMENTO POPULACIONAL: A CORRELAÇÃO ENTRE EDUCAÇÃO, NÚMERO DE FILHOS E RENDA PER CAPITA DO ESTADO DO AMAZONAS NO ANO DE 2000

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Faculdade de Estudos Sociais da Universidade Federal do Amazonas, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Mestre. Área de concentração: População e Desenvolvimento.

Aprovada em 12 de maio de 2006

BANCA EXAMINADORA:

Prof^o Dr. Sylvio Mário Puga Ferreira
Presidente

Prof^o Dr. Peri Teixeira
Membro

Prof^o Dr. Sebastião Luiz Santos
Membro



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

Aos meus queridos pais, pelas orações, pelo amor e pela dedicação que tiveram por mim durante toda trajetória de minha vida, Ely Teixeira (em memória) e Maria de Lourdes Mota e aos meus irmãos, irmãs e amigos pela torcida diante dos desafios dessa conquista em minha vida.



*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

AGRADECIMENTOS

A Deus por sua luz e pela variada manifestação de seu amor em todos os momentos de minha vida.

Ao Professor e Doutor Sylvio Mário Puga Ferreira, pelas orientações e críticas e pelo incentivo à elaboração deste trabalho.

Ao professor e Mestre Rosalvo Machado Bentes, a quem dedico respeito e gratidão por sua simplicidade e presteza no esclarecimento de dúvidas durante a condução deste trabalho.



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

RESUMO

Este trabalho faz uma análise das implicações do crescimento populacional, na correlação entre educação, número de filhos e renda per capita no Estado do Amazonas, delimitando a pesquisa num universo de mães menores de 30 anos de filhos tidos nascidos vivos em 2000. A metodologia utilizada foi baseada em pesquisa bibliográfica e nos dados coletados no Censo Demográfico de 2000, publicados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Com isso, analisa o crescimento populacional, no tocante ao tamanho da família, nesse universo de mães, e suas implicações para a educação e renda per capita, onde mostra que o Estado do Amazonas acompanhou a tendência brasileira com a queda das taxas de fecundidade em razão do processo de transição demográfica, iniciada na década de 1940. Mostrou também que a queda do ritmo de crescimento populacional no Amazonas não ocorreu de forma homogênea, tendo em vista uma parcela de sua população, sobretudo o grupo de mães pertencentes às classes menos escolarizadas e de rendimentos baixos, residente, principalmente, em parte do interior e nas áreas rurais do Estado, ainda prevalecia famílias numerosas em 2000. No interior, 14% dessas mães tinham 1 filho e 34% mais de 5 filhos. Nesse contexto, foi constatada a forte influência da educação no comportamento das mulheres quanto à decisão de ter filhos, pois no Amazonas existia um percentual muito elevado de mães com mais de 5 filhos entre o grupo de mulheres de escolaridade extremamente baixa. Mostra também, de acordo com os dados verificados no decorrer da pesquisa, que quanto maior o nível de escolaridade, maiores são as chances das pessoas obterem melhores rendimentos e, por conseguinte, um melhor padrão de vida, mostrando que a educação é um fator condicionante para a promoção do desenvolvimento econômico. Conclui, portanto, que educação e renda estão negativamente correlacionadas com o nível de crescimento populacional evidenciando o fato de que a redução do tamanho das famílias reflete, positivamente, na situação sócio-econômica da população.

Palavras-chave: Crescimento Populacional, Educação, Renda per capita, Desenvolvimento Econômico.



PDF Complete

*Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ABSTRACT

This work do an analyse of the implications of the increasement populous incorrelation between education, numbers of children and amount of a rent in Amazon state, delimiting a research at one universe of little mothers of thirty years old of sons that had wasborn live in 2000. A methodology used was based in research biography and in view of collected in sensus demography of 2000. Publicaded by the Institute Brazian of Geograph and Estatistic. IBGE. With this analyse the increasement populous, in the tauch to the size of the family in this universe of mothers, and their implicating for the education and per capita income, where show that Amazon state go along with, tendency Brazilian with the fall of the ritme in Amazon don't occur of form uniform, having in sight a parcel of their population above all the group of motheres pertains the class few schoolings and of revenue under resident, mainly in part of the interior and in the areas rurals of the states, still prevailed families numerous in 2000. In interior, 14% of these five sons. In the context, was contexted the stronger influence of the education in the maner of the women how much of have sons, but in Amazon there was a percentage very tail of mothers with more of five sons between a grupo of women of schoolings extremily under. Showalso, of accord with the datum verifield in the pass a way of the research, that how much big the level of schoolings few are the opportunities of the people have better revenue and obtain a better level of live, showing that education is a factor for the promotion of the development economic. Concluded, therefore e, that education and rent are negativament correlacioned with the level of increasement populous evidencing the tact of that the reduction of the size of the families reflect positively in situation partner-economic of the population.

Key word: increasement populous, education, amount of a rent, development economic

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Distribuição de renda no Brasil por parcela do PIB em 1980 (%).....	39
Figura 2	Taxas anuais de crescimento demográfico no Brasil 1950/1980 (%).....	41
Figura 3	Composição etária da População Brasileira 1960-1980 (%).....	41
Figura 4	Taxas anuais de crescimento da População economicamente ativa Brasileira 1950/1980.....	42
Figura 5	Renda per capita das famílias brasileiras 1970/1980 (%).....	43
Figura 6	Taxa de mortalidade infantil no Brasil entre 1930 e 1997 (por mil nascidos vivos).....	44
Figura 7	Evolução da população brasileira 1940 a 2000.....	45
Figura 8	Taxa de Fecundidade no Brasil 1940 a 2000.....	46
Figura 9	Evolução da distribuição de renda no Brasil entre dos 10% mais pobres e dos 10% mais ricos 1960-1995.....	50
Figura 10	Renda das mães menores de 30 anos sem instrução ou menos de 1 ano de estudos no Brasil em 2000.....	52
Figura 11	Renda das mães com menos de 30 anos e 11 e mais de estudos no Brasil em 2000(%).....	53

	30 anos sem instrução e com 11 anos mais número de filhos no Brasil em 2000.....	56
Figura 13	População do Estado do Amazonas, por situação de domicílio 1872 a 1950.....	70
Figura 14	População do Estado do Amazonas, por situação de domicílio de 1960 a 1991.....	75
Figura 15	Taxa média geométrica anual de crescimento da população de domicílio no Amazonas de 1960 a 2000.....	76
Figura 16	Mães menores de 30 anos por números de filhos nascidos vivos no Brasil e Amazonas em 2000 (%)......	92
Figura 17	Mães menores de 30 anos por número de filhos nascidos vivos em Manaus e interior em 2000(%)......	92
Figura 18	Nível de escolarização de mães menores de 30 anos no Brasil, Amazonas em 2000(%)......	95
Figura 19	Nível de escolarização de mães menores de 30 anos no Estado do Amazonas por situação de domicílio em 2000(%)......	95
Figura 20	Mães menores de 30 anos sem instrução e com 11 anos e mais de estudos por número de filhos nascidos vivos no Brasil em 2000 (%)......	97
Figura 21	Mães menores de 30 anos sem instrução e com 11 anos e mais de estudos no Amazonas em 2000 (%)......	97
Figura 22	Renda de mães menores de 30 anos e sem instrução do interior do Estado do Amazonas e, 2000 (%)......	101
Figura 23	Renda de mães menores de 30 anos e com 11 anos e mais de estudos no interior do Estado do Amazonas em 2000 (%)......	101
Figura 24	Renda de mães menores de 30 anos e sem instrução na área rural do Estado do Amazonas e, 2000 (%)......	101
Figura 25	Renda de mães menores de 30 anos com 11 anos e mais de estudos na área rural do Estado do Amazonas em 2000 (%).....	102

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Atividades da População Brasileira de 10 a 24 anos, Por sexo nos anos de 1950 e 1970.....	36
Tabela 2 -	Indicadores sociais no Brasil 1960 -1980 (%)......	38
Tabela 3 -	Composição Etária da População Brasileira 1960 -1980 (%)......	41
Tabela 4 -	Renda per capita das Famílias Brasileiras 1970-1980(%)	42
Tabela 5 -	Evolução da População Brasileira 1940-2000.....	44
Tabela 6 -	Taxa Média Anual de Crescimento da População Residente no Brasil e Regiões 1900-2000.....	45
Tabela 7 -	Evolução da População Brasileira por situação de Domicílio 1940-2000 (em 1000 habitantes).....	47
Tabela 8 -	Evolução da Estrutura de Distribuição de Renda No Brasil, 1960-1995, conforme a população Economicamente Ativa.....	49
Tabela 9 -	Renda por Anos de estudos de Mães menores de 30 anos no Brasil em 2000.....	53
Tabela 10 -	Filhos nascidos vivos por anos de estudos de Mães Menores de 30 anos no Brasil em 2000.....	55
Tabela 11 -	Filhos nascidos vivos por anos de estudos de Mães Menores de 30 anos no Brasil em 2000 (%)......	55
Tabela 12 -	População do Estado do Amazonas 1872-1950.....	70
Tabela 13 -	População do Estado do Amazonas 1960-1991.....	74

as Atividades Econômicas em
Interior do Estado do Amazonas

	1950-1985.....	76
Tabela 15 -	População do Estado do Amazonas, conforme o lugar de residência 1960-2000	79
Tabela 16 -	Taxa Média anual de crescimento da População residente no Brasil, Região Norte, Estado do Amazonas 1960-2000 (%).....	80
Tabela 17 -	População do Estado do Amazonas e da cidade de Manaus por grandes grupos etários.....	83
Tabela 18 -	Taxa de fecundidade total por situação de domicílio Brasil, Região Norte e Estado do Amazonas 1991.....	83
Tabela 19 -	Indicadores de Longevidade e mortalidade no Brasil, R. Norte e Amazonas 1991-2000.....	85
Tabela 20 -	Taxa de Desemprego no Amazonas nos anos 1990-1999 Segundo o sexo	87
Tabela 21 -	Pessoas que vivem em domicílio com acesso a serviços básicos no Brasil e Estado do Amazonas 1991-2000.....	89
Tabela 22 -	Mães menores de 30 anos por número de filhos tidos nascidos vivos em 2000 no Brasil, Região Norte e Amazonas e por situação de domicílio.....	92
Tabela 23 -	Mães menores de 30 anos de filhos tidos nascidos vivos por grupo de anos de estudos em 2000 no Brasil, Amazonas e por situação de domicílio (%).....	95
Tabela 24 -	Filhos nascidos vivos por anos de estudos de mães menores de 30 anos no Estado do Amazonas em 2000.....	96
Tabela 25 -	Renda por anos de estudos de mães menores de 30 anos no Estado do Amazonas em 2000(%).....	98
Tabela 26 -	Renda por anos de estudos de mães menores de 30 anos na cidade de Manaus em 2000 (%).....	98
Tabela 27 -	Renda por anos de Estudos de Mães menores de 30 anos no Interior do Estado do Amazonas em 2000 (%).....	99
Tabela 28 -	Renda por anos de Estudos de Mães menores de 30 anos na área rural do Estado do Amazonas em 2000 (%).....	100
Tabela 29 -	Renda de mães menores de 30 anos por número de filhos tidos nascidos vivos no Brasil em 2000(%).....	103
Tabela 30 -	Renda de Mães menores de 30 anos por número de filhos tidos nascidos vivos no Amazonas em 2000 (%).....	104
Tabela 31 -	Renda de Mães menores de 30 anos por número de filhos tidos nascidos vivos em Manaus em 2000 (%).....	104
Tabela 32 -	Renda de Mães menores de 30 anos por número de filhos tidos nascidos vivos no Interior do Amazonas em 2000 (%).....	105



PDF Complete

Your complimentary use period has ended. Thank you for using PDF Complete.

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	13
1.1. O Problema.....	14
1.2. Objetivos.....	15
1.3. Justificativa.....	16
1.4. Metodologia.....	17
1.5. Estrutura do trabalho.....	17
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1. Crescimento populacional e desenvolvimento econômico.....	20
2.2. A importância da educação no desenvolvimento sócio-econômico.....	28
3. CRESCIMENTO POPULACIONAL, RENDA PER CAPITA E EDUCAÇÃO: ESTUDOS NO BRASIL.....	34
3.1. Crescimento populacional e renda per capita ó 1960 a 1980.....	34
3.2. Crescimento populacional e renda per capita ó 1980 a 2000.....	43
3.3. A relação entre educação, crescimento populacional e renda per capita no Brasil nos anos 1990.....	50
4. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO CRESCIMENTO POPULACIONAL NO AMAZONAS.....	57
4.1. Período pré-colonial.....	57
4.1.1. População.....	59
4.2. Período colonial.....	61
4.3. Período imperial.....	63
4.3.1. População.....	64
4.4. Período republicano até 1950.....	65
4.4.1. População.....	68
4.5. Aspectos econômicos e demográficos do Estado do Amazonas e da Cidade de Manaus no período de 1950 a 1991.....	71
5. ASPECTOS SÓCIO ECONÔMICOS E POPULACIONAIS DO ESTADO AMAZONAS NA DÉCADA DE 1990.....	77
5.1. Aspectos populacionais.....	77
5.2. Situação sócio-econômica do Estado do Amazonas na década de 1990	83
5.2.1. Educação.....	84

.....	84
.....	86
5.2.4. Desemprego.....	87
5.2.5. Condições de moradia e saneamento básico.....	88
6. ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE CRESCIMENTO POPULACIONAL EDUCAÇÃO E RENDA PER CAPITA DO ESTADO DO AMAZONAS NA DÉCADA DE 1990.....	90
6.1. Crescimento populacional e educação.....	91
6.2. Educação e renda.....	97
6.3. Crescimento populacional e renda.....	102
7. CONCLUSÕES.....	106
REFERÊNCIAS.....	111

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 40 anos do século XX, o Estado do Amazonas experimentou grandes transformações, tanto no campo social quanto no econômico, com a inserção da Amazônia ao capitalismo internacional através da implantação de um conjunto de políticas públicas implementadas pelo Governo Militar denominada Operação Amazônia¹, onde o Estado do Amazonas passa a experimentar uma nova fase econômica.

O modelo Zona Franca de Manaus, reformulada sob o Decreto-Lei nº 288 de 28/01/1967, emerge como alternativa econômica capaz de romper com a fase de profunda estagnação em que a região se encontrava desde a crise da borracha em 1912. Surgindo, assim, novas oportunidades de emprego e renda, com o conseqüente aumento da receita do Estado. As instalações de empresas estrangeiras no Parque Industrial de Manaus representaram um aspecto fundamental para a mudança do cenário sócio-econômico da capital do Estado, sobretudo no que se refere ao cenário demográfico, tendo em vista o crescimento da oferta de mão-de-obra barata o que provocou uma migração em massa para Manaus, tanto do interior quanto dos Estados vizinhos.

¹ Nova estratégia de Desenvolvimento Regional instituída em 1966 pelo Governo Militar

a afirmação onde diz que,

Essa nova racionalidade capitalista transforma a cidade de Manaus. A modernidade trazida pelo processo de industrialização afeta rapidamente o mundo da vida cotidiana dos amazonenses. A fisionomia da cidade modifica-se, com o processo de urbanização. (SCHERER E MENDES FILHO, 2004).

Os autores enfatizam que foi nesse processo que o espaço urbano ganha uma nova visibilidade devido ao crescimento populacional com a constituição de inúmeros bairros que passam a compor a periferia da cidade. Isso implicou uma intensa urbanização no Estado do Amazonas, conforme citado por Benchimol (1996), que observou a necessidade da implementação de políticas públicas com o intuito de deter o êxodo rural e dar condições de sustentabilidade e oportunidade de vida e trabalho no interior do Estado, tendo em vista o grande fluxo populacional que se concentrou em Manaus com um aumento em torno de 330% do número de habitantes na capital do Estado no período entre 1970 e 1996, chegando em 2000, conforme o IBGE, com 1.403.796 pessoas.

1.1. O Problema

A concentração urbana em Manaus repercute, principalmente, na população de baixa renda. Com o aumento da pobreza e da exclusão social, a população passou a se concentrar na periferia da cidade, causando a proliferação de favelas e ocupações dos leitos dos igarapés, engendrando uma degradante paisagem urbana, cenário que se apresenta impulsionado por uma crescente demanda por serviços públicos e pela necessidade de maiores investimentos em infra-estrutura econômica no Estado, sobretudo na cidade de Manaus.

Vários são os aspectos que deverão ser considerados diante da problemática da pressão demográfica, e que permitem algumas suposições de relevância investigativa que serão

trabalho. Estudos revelam que educação é um fator condicionante para a promoção do desenvolvimento econômico, visto que a escolaridade está positivamente relacionada com a renda per capita além de promover uma maior produtividade da força de trabalho e a geração de externalidades positivas. Além disso, o mercado de trabalho ficou mais exigente nos últimos anos, aumentando a demanda por pessoas capacitadas em adquirir e utilizar informações diante da expansão das novas tecnologias. É nesse aspecto que as altas taxas de fecundidade poderão dificultar o desenvolvimento econômico, tendo em vista exigir um nível mais elevado de investimentos para a obtenção de uma maior produção per capita além de fomentar as desigualdades e a exclusão social, uma vez que o segmento que possui as maiores taxas de fecundidade é o de baixa renda, atingindo, em sua maioria, mulheres sem escolarização e domiciliadas nas periferias da cidade. Outrossim, os dados do IBGE revelam que quanto maior a escolaridade da mulher, menores são as taxas de fecundidade aumentando as chances de um melhor padrão de vida para as famílias.

Diante desse contexto é pretendemos investigar qual a implicação do crescimento populacional na correlação existente entre educação, número de filhos e renda per capita do Estado do Amazonas em 2000.

1.2. Objetivos

O objetivo principal deste trabalho é identificar as implicações do crescimento populacional, com relação ao tamanho da família, sobre a educação e renda per capita da população do Estado do Amazonas, analisando o universo das mães menores de 30 anos de filhos tidos nascidos vivos no ano de 2000, conforme o Censo Demográfico de 2000.

Mostrar os aspectos populacionais e sócio-econômicos do Estado do Amazonas na década de 1990.

Relacionar o grau de escolaridade das mães no universo adotado por quantidade de filhos tidos nascidos vivos no ano de 2000, para o Estado do Amazonas, e fazer uma comparação com Manaus, interior e com o Brasil.

Relacionar o grau de escolaridade das mães no universo adotado por classes de rendimentos no de 2000, para o Estado do Amazonas, e fazer uma comparação com Manaus, interior e com o Brasil.

Relacionar a quantidade de filhos tidos nascidos vivos das mães no universo adotado por classes de rendimentos em 2000, para o Estado do Amazonas, e fazer uma comparação com Manaus, interior e com o Brasil.

1.3. Justificativas

As mudanças na dinâmica demográfica no Brasil, nos últimos trinta anos do século XX, com a queda das taxas de mortalidade e fecundidade, apontaram uma nova estrutura etária da população, pressupondo implicações sócio-econômicas. O Amazonas acompanhou a tendência brasileira nesse aspecto, mas em certas áreas do Estado ainda existia, na década de 1990, numerosas famílias com um importante índice de mulheres com fecundidade superior a 5 filhos.

A partir dessa perspectiva é que surge a necessidade de estudar e conhecer a situação do Amazonas nesse contexto, pelo fato dessas famílias numerosas residirem, principalmente em áreas menos desenvolvidas do Estado e com péssimas condições de rendimento e escolaridade baixa. O que pressupõe a existências de grande disparidade sócio-econômica intra e interestaduais.

Este estudo pode também contribuir e subsidiar o setor público para uma tomada de decisão quanto à problemática do rápido crescimento populacional, sobretudo as áreas rurais e

do, com a implantação de políticas públicas voltadas a amenizar os problemas sócio-econômicos dessas áreas.

1.4. Metodologia

A pesquisa foi baseada em dados secundários colhidos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censos Demográficos, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD`s), o auxílio de bibliografias pertinentes ao assunto, além de artigos e estudos de pesquisadores especializados divulgados na internet. A pesquisa englobará aspectos geográficos, tendo em vista que abrangerá o Estado do Amazonas. O universo da análise foram as mães menores de 30 anos de filhos tidos nascidos vivos em 2000.

1.5. Estrutura do trabalho

Este trabalho será dividido em cinco capítulos, além da introdução, conclusão e sugestões. O primeiro capítulo contém uma revisão de literatura baseada em estudos pertinentes ao assunto para a fundamentação teórica deste trabalho relacionando crescimento populacional e desenvolvimento econômico e a importância da educação para o desenvolvimento sócio-econômico. No segundo capítulo serão apresentados estudos no Brasil do período de 1960 a 2000 referentes ao crescimento populacional, a educação e a renda em seu contexto sócio-econômico. No terceiro capítulo será feita uma retrospectiva histórica do crescimento populacional no Amazonas a partir do período pré-colonial até a década de oitenta. No quarto capítulo serão apresentados os aspectos populacionais e sócio-econômicos do Estado do Amazonas referente à década de 1990. Apresentar-se-á a situação dos principais indicadores sócio-econômicos e as condições da oferta dos serviços públicos básicos para a população. No quinto capítulo será feito um estudo da relação dos três indicadores:



PDF Complete
*Your complimentary use period has ended.
Thank you for using PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features](#)

ção e renda per capita, utilizando os dados do Censo Demográfico de 2000 analisando o universo de mães menores de 30 anos de filhos tidos nascidos vivos no ano de 2000, sendo o foco principal deste estudo. Por fim, na conclusão, será feita a retomada da problemática e dos objetivos pertinentes à pesquisa realizada com a apresentação, de forma sintética, dos resultados deste trabalho com comentários, sugestões e recomendações para estudos posteriores referentes ao assunto tratado nesta dissertação de mestrado.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Estudos e teorias, referentes ao crescimento populacional, sempre geraram debates e controvérsias em torno da influência desse crescimento no desenvolvimento econômico, sobretudo, sua influência sobre a renda per capita. Esses debates ocorrem devido ao fato de que, historicamente, as altas taxas de crescimento populacional são registradas em países subdesenvolvidos pertencentes ao terceiro mundo. Dentre os principais indicadores sociais que refletem na qualidade de vida de uma nação, a educação se destaca como um fator condicionante para a consolidação do desenvolvimento econômico, tendo em vista às evidências de estudos e teorias mostrarem uma relação positiva entre educação e renda per capita. Um outro aspecto fundamental da importância do capital humano são as exigências do mundo moderno e globalizado por economias competitivas, produtivas, e que acompanhem a evolução tecnológica, pelo fato desta última necessitar da capacitação da mão-de-obra para absorver as novas idéias e as novas criações.

Desenvolvimento Econômico

A literatura analisa a relação do crescimento populacional com o desenvolvimento econômico sob duas perspectivas: a corrente pessimista e a corrente otimista. A primeira corrente, baseada nos argumentos dos neomalthusianos, formados sob a inspiração do economista e clérigo inglês Thomas Malthus (1766 a 1834), um dos principais nomes da Escola Clássica, defende a idéia de que o crescimento populacional dificulta o desenvolvimento econômico.

O desenvolvimento econômico se realiza, quando há mudanças nas condições sócio-econômicas de um país através da melhoria da qualidade de vida da população, que, se consolida, quando essas mudanças se refletem nos principais indicadores sociais e na distribuição de renda, como a redução das taxas de analfabetismo, melhores condições sanitárias, queda da mortalidade infantil e do número de pobres na população total. (SOUZA, 1996)

As teorias populacionais são muito antigas, mas adquiriram um caráter científico com os estudos feitos pelos clássicos, ganhando assim maior relevância, pois já havia a preocupação com o crescimento populacional, sobretudo pelos teóricos considerados pessimistas da escola liberal como David Ricardo e Thomas Malthus, em razão do grande enfoque que a Escola Clássica dispensava à formação da riqueza nacional e de sua distribuição entre as classes sociais.

Malthus defendia a teoria de que os meios de subsistências só seriam satisfatórios para atender as necessidades de um país, se o crescimento da população fosse controlado, principalmente a parcela da população que pertencesse às classes mais baixas da sociedade. Suas previsões, nesse contexto, se baseavam na idéia de que recursos alimentares chegariam a um inevitável esgotamento, generalizando-se, assim, a fome, a miséria e a morte. Esses aspectos poderiam ser resolvidos, ao se tomar medidas como a adoção de um severo e rígido

abstenção sexual antes do casamento, sugerindo ainda, que as núpcias deveriam ser realizadas com casais em idade mais avançada, com o intuito de dificultar o aumento do número de filhos. A idéia de Malthus se devia ao fato de que, como sacerdote, não poderia admitir o casamento seguido de controle familiar por qualquer meio conhecido na época, pois seria vício. Também aceitaria o sexo fora do casamento. Portanto, o bom cristão estaria condenado à total abstinência sexual, sempre que impossibilitado, por questões financeiras, de contrair casamento.

Segundo Malthus, existem dois postulados que se evidenciam como leis fixas da natureza humana: primeiro o alimento como necessidade para sua existência; segundo, a necessidade da paixão entre os sexos. Sendo assim, afirma Malthus:

Então, adotando meus postulados como certos, afirmo que o poder de crescimento da população é indefinidamente maior do que o poder que tem a terra de produzir meios de subsistência para o homem. A população quando não controlada, cresce numa progressão geométrica. Os meios de subsistência crescem apenas numa progressão aritmética. (1996, p. 246)

David Ricardo, economista inglês, considerado o mais célebre sucessor de Adam Smith, foi como Malthus, considerado um teórico pessimista. Suas idéias tiveram enorme influência e domínio sobre a Escola Clássica e a preocupação principal de sua teoria econômica era explicar as leis que regulam a repartição da riqueza entre as classes. Como Adam Smith, também se preocupava com o estudo do crescimento econômico.

David Ricardo (1988 p.36), afirmava que: "A cada avanço do crescimento da população, que obrigará o país a recorrer à terra de pior qualidade para aumentar a oferta de alimentos, aumentará a renda de todas as terras mais férteis".

Nestes termos, Ricardo acreditava que o crescimento econômico, para se concretizar, dependia da forma como seria realizada a repartição do produto nacional para sociedade, que,

sses sociais: os latifundiários, que alugavam suas terras aos capitalistas e se apropriavam de sua renda; pelos capitalistas que se dedicavam à produção da terra que alugavam dos latifundiários; os operários que eram contratados pelos capitalistas para cultivar a terra. (ARAÚJO, 1988).

Essa afirmação de Ricardo se refere à sua Teoria da Renda da Terra, onde enfatiza a preocupação com o rápido crescimento populacional que pressionava os recursos naturais, surgindo à necessidade de incorporar terras menos férteis à estrutura produtiva e com custos de produção mais elevados, comprometendo o lucro do capitalista e causando sérios problemas para a economia. Sendo assim, a renda da terra, paga pelos capitalistas, iria parar nas mãos dos latifundiários que eram os donos das terras férteis que se tornavam cada vez mais raras, devido à forte concorrência.

A corrente neomalthusiana tem como preocupação básica o empobrecimento per capita e global da população. Defende a necessidade de um rígido controle da natalidade e argumenta que o crescimento acelerado da população pode provocar a redução da renda, uma vez que este crescimento exigir um nível mais elevado de investimento para se obter uma determinada produção per capita. Com isso, pode gerar desigualdades sociais, pelo fato desse crescimento ocorrer no segmento mais pobre da população, por possuir tendência maior para fecundidade, aumentando assim, a proporção de trabalhadores inexperientes, e, conseqüentemente, o crescimento do número de desempregados. O crescimento demográfico provoca a expansão da força de trabalho e dificulta a formação de capital, que é um fator decisivo para o progresso tecnológico. Não há, portanto, garantia de que um rápido crescimento da população possa gerar maior suprimento de recursos aplicáveis, uma vez ser a oferta de capital inelástica. Além disso, segundo essa corrente, há uma relação desfavorável entre a população global (crianças, adultos e idosos) e sua parcela economicamente ativa.

minha essa preocupação neomalthusiana da necessidade de investimento para se obter uma determinada produção per capita, de investimentos demográficos, que ocorre, segundo ele, em países de terceiro mundo, e são necessárias para assegurar, sobretudo, a saúde, a educação e a formação de crianças e jovens em número cada vez maior, em face da explosão demográfica.

Peixoto (1978, p.25), expressa esse mesmo raciocínio quando afirma que o problema demográfico se insere no processo de subdesenvolvimento, caracterizado como sintoma desse fenômeno, devido à falta de uma estrutura social e econômica que atenda às necessidades biológicas de crescentes contingentes humanos. Isso enfatiza a preocupação neomalthusiana quanto aos problemas sócio-econômicos ligados às questões populacionais, principalmente quando não há uma estrutura para atender a crescente demanda por serviços públicos, gerando uma série de necessidades de investimentos, sobretudo, na educação, na saúde, em habitação e saneamento básico que são cruciais para a geração de uma boa qualidade de vida da população.

Um outro fato também preocupa a corrente neomalthusiana, como lembra Batista Filho (1975, p.14) o ambiente natural sofre os efeitos das pressões demográficas, efeitos estes traduzidos na destruição indiscriminada dos recursos potenciais. Isso pressupõe que uma população em rápido crescimento pode gerar uma forte pressão sobre o meio ambiente, acarretando a deterioração ecológica e o esgotamento dos recursos naturais, o que é extremamente problemático quando esses recursos não são renováveis, como o petróleo.

Camargo (1960) analisa os dados tirados do Anuário Demográfico da ONU de 1956, referente a dois grupos de grandes regiões do mundo com taxas médias anuais de natalidade, mortalidade e crescimento material para 1000 habitantes. Ele afirma que um crescimento natural elevado da população de um país pode construir uma nação não-evoluída ou demograficamente jovem como consequência de um elevado índice de natalidade. Essas

condições de alimentação, higiene e saneamento básico, contribuindo, assim, para o aumento da mortalidade infantil.

Um outro grupo analisado por ele, se refere às regiões de maior nível de desenvolvimento, pois suas características principais são hábitos de higiene, nível superior de alimentação e saneamento, acompanhada de baixas taxas médias de natalidade, devido às práticas anticoncepcionais, e com baixas taxas de mortalidade em consequência da melhoria da qualidade de vida. Esse grupo é denominado pelo autor de populações evoluídas ou que atingiram um nível de maturidade demográfica, com taxas de crescimento natural menos intensa do que o primeiro grupo.

Coale e Hoover(1966), fazem dois paralelos para explicar a relação entre desenvolvimento econômico e crescimento populacional em países de renda baixa. Primeiro eles analisam os efeitos do desenvolvimento econômico sobre o crescimento da população e citam a teoria econômica clássica do crescimento populacional atribuída a Malthus, enfatizam que a qualquer aumento da renda, principalmente entre as classes mais pobres, há uma tendência para diminuir as taxas de mortalidade e aumentar as taxas de natalidade.

Essa relação de taxas de óbitos, natalidade e desenvolvimento econômico, ficou conhecida como a Teoria da Transição Demográfica. Para melhor explicar essa teoria, Coale e Hoover partiram do exemplo da situação de uma família camponesa com costumes tradicionais, onde prevalecia a auto-suficiência econômica dentro de uma comunidade, sendo que, quanto mais filhos nascessem, maior esperança a comunidade teria em continuar existindo, tendo em vista as elevadas taxas de mortalidade causada pelas precárias condições de vida.

Partindo desse pressuposto, quanto maior a taxa de natalidade, maiores as vantagens econômicas da comunidade, pois nesse caso, o grande índice de natalidade faz com que o

l, seja lento. Assim, as bases de uma comunidade com esse modelo econômico, ao experimentarem o desenvolvimento, se modificam, a economia deixa de ser rural e vai se urbanizando aos poucos, começam a ocorrer transformações técnicas profundas, a produção passa a ser mais complexa com as novas ferramentas de trabalho e os novos produtos começam a ser atraídos pelo mercado.

A Teoria da Transição Demográfica afirma que as altas taxas de nascimentos, assim como as taxas de óbitos são afetadas pelo desenvolvimento econômico, sobretudo pela melhoria das condições sanitárias e alimentar. A mudança da estrutura de produção gera mudança no comportamento das pessoas, enfraquecendo as forças dos costumes e crenças tradicionais, pois com a nova distribuição das tarefas, a mulher assume um papel econômico fora do lar. Surge a mobilidade econômica sendo melhor realizada em famílias pequenas. Diminuem as vantagens econômicas de uma família grande e, as crianças passam a representar um ônus e não mais uma vantagem econômica.

Apesar disso, Coale e Hoover (1966, p.31) acreditam que essa teoria não é suficientemente quantitativa e específica para explicar o declínio das taxas demográficas e afirmam:

A urbanização por si nem sempre é bastante para causar a redução da taxa de nascimentos. Nem é certo que as pequenas modificações da organização econômica ou os ligeiros aumentos da renda per capita possam causar a redução da fecundidade nas regiões de renda baixa.

O segundo ponto analisado por Coale e Hoover, são os efeitos do crescimento populacional sobre o desenvolvimento econômico. Eles analisam uma comunidade, partindo do pressuposto de que possui um insignificante fluxo de migração. Para melhor argumentarem, eles dividem suas análises em três tópicos: o volume da população, sua taxa de crescimento e sua distribuição por idade.

baseado na teoria do ótimo da população, que atua como indicador para identificar se o volume populacional é adequadamente econômico para uma região. Segundo os autores, esta análise não faz muito sentido, pois não se mostra adequada para casos concretos, já que essa abordagem tem, como questão principal, o rendimento de escala, com duas forças atuando quando se aumenta o volume populacional: economia de escala favorecendo o aumento da renda per capita, e o rendimento decrescente favorecendo a redução da renda per capita. Rendimento decrescente tem menos a ver com o volume populacional do que a disponibilidade de fatores de produção que são mutáveis no espaço e/ou no tempo.

As altas taxas de crescimento populacional, segundo os autores, podem comprometer a economia de um país, principalmente os de baixa renda, por haver a necessidade de aumentar o volume dos investimentos para manter uma produção per capita, enquanto nada há, no crescimento mais rápido da população, que dê origem a maior suprimento de recursos aplicáveis.

A distribuição da população por idade, segundo ainda Coale e Hoover é determinada pelo nível de fecundidade, ou seja, uma comunidade com taxas altas de nascimentos, acarreta uma pirâmide de idade de base larga, que pressupõe uma grande parcela de habitantes abaixo de 15 anos. Isso influencia no desenvolvimento econômico pelo fato de gerar um ônus de dependência, visto que o número de pessoas em idade de exercer trabalho produtivo ser relativamente menor do que o número de pessoas em estado dependente.

Os críticos dos neomalthusianos argumentam que existem vantagens econômicas e sociais quando ocorre um rápido crescimento da população. Afirmam que a produção de alimentos independe do incremento populacional, tendo em vista a corrente pessimista desconsiderar o progresso tecnológico. O desenvolvimento de novas técnicas, portanto, possibilitaria a ativação da demanda agregada, permitindo que as empresas produzissem para

obra abundante, a custos médios de produção, o que seria benéfico para a sociedade, gerando o crescimento da renda per capita e da oferta de alimentos.

Singer (1988) afirma que o crescimento populacional dinamiza a economia e gera mercado consumidor capaz de proporcionar ganhos de escala no sistema produtivo, representando, assim, uma função produtiva no nível econômico. O autor concorda que o crescimento populacional representa um ônus quando as pessoas nascem por estarem na condição de consumidores e dependentes financeiramente e só mais tarde é que se tornam produtores. É inegável também que qualquer população, quando cresce infinitamente num espaço finito, se confronta com graves problemas econômicos. E acrescenta que,

Seria loucura parar neste ponto de análise. Se uma economia está sujeita a alguma barreira externa, a população adicional (resultante do crescimento demográfico) pode jamais se tornar produtiva e o ônus inicial não poderia jamais ser compensado por um aumento proporcional ou mais que proporcional do produto. (SINGER, 1988, P.19)

Ao contrário de Malthus que atribuía a *ōniggardliness of nature* (mesquinhez da natureza) como barreira nesse processo, Singer defende que a barreira, na verdade, constitui um problema institucional. Enfatiza que o crescimento populacional, nesse aspecto, corresponde mais a um fator positivo do que a um estorvo ao desenvolvimento econômico.

Petrelli (2003) compartilha com a visão otimista e afirma que, hoje, o crescimento populacional não representa mais perigo para a estabilidade da economia do planeta não se processando aos índices explosivos. Esse risco preponderou nas décadas de setenta e oitenta, quando se controlava o crescimento da população via métodos artificiais e processos anticoncepcionais, sobretudo em países subdesenvolvidos.

Acrescenta ainda que o desenvolvimento econômico e melhores padrões de vida têm se demonstrado como o melhor antídoto à explosão demográfica, sendo que o foco deveria

da despopulação que poderá causar males imprevisíveis e dramáticos às economias.

Sandroni (2005) enfatiza que os críticos da teoria neomalthusiana reforçam que os argumentos pessimistas não tiveram confirmação empírica e exemplifica que na maioria dos países, inclusive os subdesenvolvidos, no decorrer das décadas de 50, 60, e 70, tiveram sua renda per capita aumentada.

2.2. A importância da Educação no Desenvolvimento Sócio-Econômico

A educação, ao longo da história, sempre ganhou destaque na literatura de grandes pensadores e teóricos, cujas preocupações geralmente estão associadas às questões econômicas e sociais e ao bem-estar da sociedade. Atualmente, a competitividade entre países industrializados em torno de um novo paradigma tecnológico que se revelou no processo de globalização da economia, acirra cada vez mais as discussões sobre a importância da educação para a consolidação do crescimento e desenvolvimento econômico.

Pinho (1970, p. 54), enfatiza a importância da educação quando afirma: "Qualquer ação econômica só terá significado se valorizar o homem. E a chave do desenvolvimento é a valorização do homem através da educação."

É notório, diante da vasta literatura referente à importância do capital humano para uma sociedade, que a educação, além de proporcionar um caminho para que uma nação seja mais próspera e produtiva, também eleva o padrão de vida das pessoas, ao abrir novas possibilidades de realização pessoal e social, além de desenvolver a capacidade das pessoas fazerem novas opções como consumidores, produtores e cidadãos.

A teoria dos clássicos da economia que se expandiu no contexto do processo da Revolução Industrial, baseada na visão de um mundo individualista e de liberdade econômica, veio contrapor a antiga ideologia paternalista da Igreja Católica de que os homens, sobretudo

em receber proteção de seu Senhor em troca da exploração de seus serviços, mas não deveriam ter nenhum acesso ao conhecimento, que era privilégio de poucos.

Os clássicos, ao contrário, atribuíam ao intelecto humano um papel extremamente significativo, porquanto atribuírem ao trabalho do homem caráter essencial para a geração da riqueza. Esse pensamento estava associado à filosofia de que a promoção do bem-estar comum, através da maximização da satisfação pessoal, com o mínimo de dispêndio e esforço, geraria o bem-estar social.

Stuart Mill (1988, p.144) denomina esse paternalismo da Igreja, de teoria da dependência e da proteção. Argumenta que é através da busca do conhecimento e da educação que o homem irá conseguir se libertar das amarras desse dogmatismo religioso, considerado, por ele, irracional e afirma: "Os princípios da Reforma penetraram tão fundo na sociedade quanto a leitura e a escrita, e as pessoas não aceitarão, por muito mais tempo, a moral e a religião elaboradas por outros".

Adam Smith, em sua obra "A Riqueza das Nações" (1988, p89), ao analisar o trabalho humano como responsável pela riqueza das nações e gerador do crescimento econômico, esboça a importância da educação nesse processo, quando afirma:

Uma pessoa formada e treinada a custo de muito trabalho e tempo para qualquer ocupação que exija destreza e habilidade extraordinária pode ser comparada a uma dessas máquinas dispendiosas. Espera-se que o trabalho que essa pessoa aprende a executar, além de garantir-lhe o salário normal de um trabalho comum, lhe permita recuperar toda a despesa de sua formação, no mínimo com os lucros normais de um capital do mesmo valor.

É visível no pensamento dos clássicos a preocupação com a influência que a Igreja ainda exercia sobre a população e que poderia representar uma ameaça aos interesses da

À vista o Liberalismo Econômico ainda não ter dominado definitivamente o pensamento político, econômico e social da Europa. Diante disso, é que esses teóricos atribuíam ao desenvolvimento intelectual do homem não só a função de proporcionar o crescimento econômico e a geração da riqueza, como também contribuir para a redução das amarras do dogmatismo religioso.

Nesse contexto é que Vaizey (1968, p.19), afirma que Adam Smith, por sua formação de filósofo moral e economista, analisa a educação na perspectiva de dois objetivos: criar competição com o intuito de tornar as escolas e universidades mais eficientes e diminuir o dogmatismo religioso irracional, a fim de promover um sistema de escolas esclarecidas, harmoniosas para o bem-estar social.

Os investimentos em educação, no decorrer da história econômica, foram ganhando cada vez mais adesão por parte dos grandes pensadores econômicos, dentre eles, Marshall (1988, p.166-167) que analisou a importância do capital humano para a melhoria da produtividade do trabalho, além de gerar perspectivas para os pais ao decidir investir na educação de seus filhos, escreve ele:

O investimento de capital na criação e no treinamento dos trabalhadores na Inglaterra é limitado pelos recursos dos pais, nas várias categorias da sociedade, por sua capacidade de prever o futuro e disposição a se sacrificar pelo bem de seus filhos.

Dessa forma enfatiza a importância do conhecimento humano para o processo de desenvolvimento econômico: *“O mais valioso de todo o capital é aquele investido em seres humanos”*. MARSHALL (1890 apud HARBISON E MYERS, 1965, p. 16).

p.46), afirma que:

As pessoas valorizam as suas capacidades, quer como produtores, quer como consumidores, pelo auto-investimento, sendo a instrução o maior investimento no capital humano. Para ele o valor econômico da educação depende, predominantemente, da procura e oferta da instrução, considerada como um investimento.

Harbison e Myers (1965) destacam a importância do desenvolvimento dos recursos humanos, sob três perspectivas: primeiro a econômica, quando a acumulação de capital humano e seu investimento é o caminho para o desenvolvimento da economia de um país; segunda, a política, quando o desenvolvimento do capital humano habilita as pessoas a uma participação mais adulta como cidadãos no processo político de um país; terceira, a sócio-cultural, pois ajudam as pessoas a se libertarem das amarras da tradição, e como cita os autores: ãos processos de desenvolvimento dos recursos humanos destrancam as portas à modernizaãõ.

Economistas e especialistas em educação realizaram estudos em diversos países com o intuito de medir os retornos dos investimentos aplicados em educação. Na análise desses estudos, percebeu-se que havia uma série de limitações e incorreções, tendo em vista serem as taxas de retorno em educação um cálculo de difícil mensuração, que na realidade só é percebido empiricamente quando se constata que pessoas com maior nível de instrução ganham mais que aquelas sem instrução.

A teoria do capital humano surgiu nesse contexto, em que emerge a necessidade de explicar que o principal investimento de uma sociedade tem que ser a melhoria das habilidades e talentos de sua população. Um exemplo clássico foi a fantástica recuperação econômica do Japão, que saiu da Segunda Guerra Mundial com sua infra-estrutura física em

se contornadas com pesados investimentos em educação. O Japão, em menos de cinquenta anos, se tornou uma das maiores potências econômicas do mundo. (CRAWFORD, 1994).

Theodore Schultz (1967), um dos especialistas na área de estudos sobre a importância do capital humano para o desenvolvimento econômico, ressalta que algumas teorias antigas do desenvolvimento, privilegiavam apenas o capital físico e a mão-de-obra como variáveis explicativas para o crescimento econômico, e qualquer acréscimo na produção era atribuído como fator residual. Segundo ele, esse fator residual ou capital intangível, que na verdade não estava corretamente explicada, era gerado pela educação, treinamento e pesquisa.

Walter Heller apud Godwin (1967, p. 34), destaca a importância de vários estudos realizados nos Estados Unidos, onde mostrava que 50% de sua produção nacional eram atribuídos a fatores intangíveis. Na América Latina, entre 1945 e 1955, o crescimento econômico era de 4,9% ao ano, desse total, apenas 3,10% correspondiam aos insumos, 1,8% era atribuído a acréscimos de produção não explicada.

Dentro dessa perspectiva, há um ponto em comum observado nos estudos referente aos cálculos no retorno dos investimentos educacionais, apesar das limitações e das diferenças no enfoque, que correspondem ao fato de que um indivíduo com formação educacional tem, em geral, maiores rendimentos do que outro sem habilitação, como reforça Levin (1984, p.46):

É do conhecimento popular o fato de, quem tem níveis mais elevados de educação recebe salários maiores. A possibilidade que os pais vêem de seus filhos conseguirem um diploma e ganharem um bom salário é possivelmente um dos motivos que os levam a matricular as crianças e jovens nas escolas. É desta expectativa e deste raciocínio que decorre a importância atribuída à educação.

educação como fator condicionante para a melhoria da qualidade de vida das pessoas através da renda per capita, apesar das evidências, geram discussões e controvérsias do assunto.

Mata (1970) faz um questionamento quanto à relação causa e efeito entre as variáveis, educação e renda. Ele crítica um grande número de autores que defendem que o nível de renda depende da educação, onde se baseia na teoria do capital humano de que quanto maior a escolaridade média, menor a concentração de renda. Explicando com maior clareza sua teoria, Milton da Mata argumenta que para manter os filhos na escola os pais precisam de renda. Ele não discorda que os rendimentos do trabalho são maiores com a escolaridade elevada, mas em uma sociedade em que o acesso à educação é limitado a tendência é perpetuar as desigualdades.

3. CRESCIMENTO POPULACIONAL, RENDA PER CAPITA E EDUCAÇÃO: ESTUDOS NO BRASIL

3.1. Crescimento populacional e renda per capita ó 1960 a 1980

Até meados da década de 1960, o crescimento populacional brasileiro, tradicionalmente, não constituía uma preocupação para os dirigentes do país. Havia um forte sentimento pró-natalista, mesmo porque, nesse período, sobretudo no início da década de 1970, a Economia Brasileira experimentou um salto espetacular no produto nacional bruto, período esse denominado de o *“Milagre Brasileiro”*² do desenvolvimento econômico.

As altas taxas de crescimento populacional brasileira, registradas no período de 1950-1970 eram encaradas com otimismo. Segundo Merrick e Graham (1981, p. 340),

Isso resulta, em parte, do reconhecimento dos dotes privilegiados de terra e de recursos naturais de que dispõe o Brasil. E reflete, por outro lado, a convicção de que o caminho do desenvolvimento econômico e demográfico do Brasil é um pouco diferente do caminho de outras nações.

² Grau muito intenso de Crescimento Econômico ocorrido no Brasil entre 1968 e 1974

foram enfraquecidos com as primeiras polêmicas surgidas em torno do controle da natalidade em ocasião da participação do Brasil na Conferência Mundial de População em 1974, em Bucareste.

Essa conferência foi realizada no mesmo período em que o Brasil encaminhava os preparativos para o II Plano Nacional de Desenvolvimento, que, nesse contexto, deu uma grande ênfase à preocupação em aumentar as oportunidades de emprego e rendimentos para suprir as necessidades da crescente população. (MERRICK E GRAHAM, 1981). Segundo os estudos de Merrick e Graham (1981), entre 1950 e 1970, as elevadas taxas de natalidade foram acompanhadas de uma queda das taxas de mortalidade, isso representou um fenômeno, uma vez não ter havido nenhum planejamento para que isso ocorresse. Dentro desse contexto, cresceu o número de pessoas em idade de ingresso na força de trabalho, ou seja, a faixa etária de 10 a 24 anos (conforme a Tabela 1). Nesse mesmo período, o Brasil experimentou uma importante melhora em seus indicadores sociais, com conquistas importantes na área educacional e na criação de emprego.

A década de 1960, sobretudo o período de 1962 a 1967, a Economia Brasileira experimentou uma fase de desaceleração e os principais indicadores econômicos revelavam essa realidade. A taxa média de crescimento do PIB caiu à metade em comparação com a taxa alcançada no período anterior. Houve uma redução no ritmo de crescimento da produção industrial e a inflação atingiu uma taxa anual de 90% em 1964.

ção brasileira de 10 a 24 anos, por sexo nos anos de 1950

e 1970.

Idade e atividade	Homens		Mulheres	
	1950	1970	1950	1970
10 a 14 anos				
Trabalhando	31	18,6	8,6	6,2
Estudando	38,2	70,4	37,5	68,7
Resíduo	30,8	11	53,9	25,1
Total				
Porcentagem	100	100	100	100
Número(000)	3,165	5,923	3,144	5.926
15 a 19 anos				
Trabalhando	80,6	60,1	23,4	23,8
Estudando	10,8	37,9	9,6	35,1
Resíduo	8,6	2	67	41,1
Total				
Porcentagem	100	100	100	100
Número(000)	2,645	5.014	2.858	5.306
20 a 24 anos				
Trabalhando	93,4	86,5	16,7	28
Estudando	2,5	10,2	1,9	13,5
Resíduo	4,1	3,3	81,4	58,5
Total				
Porcentagem	100	100	100	100
Número(000)	2.384	4.089	2.607	4,309

Fonte: IBGE- Censo Demográfico - 1950 e 1970 apud Merrick e Graham (1981, p.350)

A partir de 1968, houve uma retomada no ritmo de crescimento na Economia Brasileira. Dentre os vários aspectos que contribuíram para essa nova realidade no país, a mais significativa foi a abertura comercial e financeira em relação ao exterior, tendo em vista a expansão e o crescimento do comércio internacional. Além disso, um outro fator que caracterizou esse período expansivo da Economia Brasileira foi a forte presença do capital

forma de investimentos diretos e empréstimos. (LACERDA,

2004)

A afirmação de Langoni (1976, p.125) quando diz que

Na medida em que, cada vez mais, o homem passa a ser preocupação fundamental de todo o processo de desenvolvimento, aumenta o interesse na forma com que os frutos desse desenvolvimento estão sendo distribuídos entre os diversos grupos sociais.

Destaca que o problema da distribuição de renda representa uma relação significativa entre os fatores econômicos e sociais, onde qualquer mudança nos níveis de distribuição de renda entre as classes, cria um clima de instabilidade social afetando a organização política da sociedade. No Brasil, apesar da inegável constatação do crescimento econômico no final da década de sessenta, a desigualdade de renda se tornava uma realidade e as disparidades entre ricos e pobres aumentava, ou seja, a renda média dos 10% mais ricos teve um acréscimo de 67% enquanto que para os 10% mais pobres, esse acréscimo foi de apenas 28%. Dentre os fatores que influenciaram essa crescente desigualdade de renda, segundo Langoni, está o processo recessivo ocorrido na década de sessenta, quando a inflação acelerada no início da década proporcionou um efeito negativo sobre os salários da porção mais pobre da sociedade e a incompatibilidade entre o aumento da população com a taxa de crescimento do produto real, por conseguinte ter o desemprego atingido indivíduos menos qualificados pertencentes à classe com faixas de renda mais baixas.

Na Tabela 2, Cardoso (1985) demonstra a melhoria dos indicadores sociais apresentados nos Censos de 1960, 1970 e 1980, com respeito à mortalidade infantil, alfabetização, expectativa de vida da população. Melhoria atribuída ao crescimento econômico e ao emprego mais produtivo da força de trabalho. Mesmo com esse cenário

se progresso na foi igualitário, relegando uma parcela da população a precárias condições de vida.

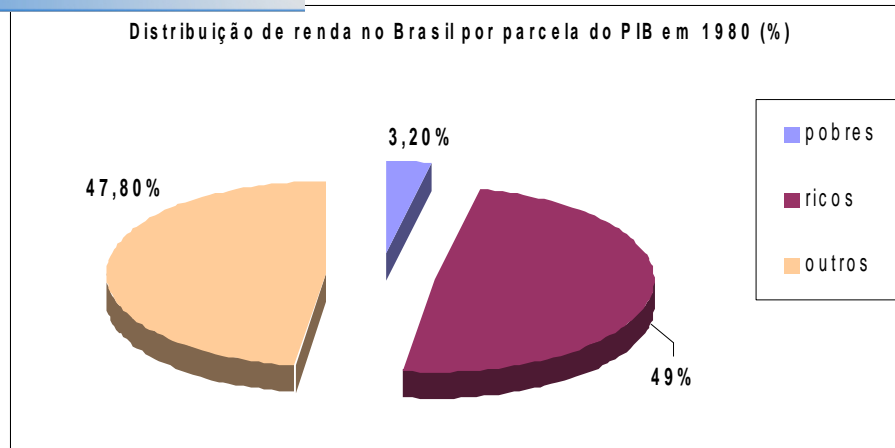
Tabela 2 ó Indicadores Sociais do Brasil ó 1960 a 1980

INDICADORES SOCIAIS	1960	1970	1980
Expectativa de vida (anos)	51,6	53,5	60,1
Mortalidade antes de 1 ano Sobre 1000 nascimentos c/vida	121,1	113,8	87,9
Moradias com água corrente em porcentagem do total de moradias	24,3	33,3	55,1
Moradias com eletricidade em porcentagem do total de moradias	38,5	47,5	68,5
Moradias com tv em porcentagem Do total de moradias	n.d	24,1	56,1
Taxa de alfabetização, Porcentagem dos maiores de 15 anos	60,5	66,9	74,6

FONTE: IBGE, apud Eliana Cardoso

Em 1980, esse fato se evidencia, conforme os dados apresentados pela autora, que o PIB per capita, apesar de ter crescido, em média, de 5% ao ano, a riqueza nacional não foi repassada a todos os brasileiros de forma igualitária, ou seja, o grupo dos 10% mais ricos da população ficou 47,8% de toda riqueza nacional, enquanto que os 20% mais pobres ficou com apenas 3,2% da renda. (Figura 1)

Figura 1



FONTE: IBGE apud Eliana Cardoso

Além dos problemas sociais que se acirravam devido a crescente distribuição desigual de renda, a população brasileira experimentava um novo surto recessivo no início dos anos oitenta embalado pela crise econômica mundial que se configurava através da duplicação do preço do petróleo e a elevação das taxas de juros internacionais.

A forte presença do capital estrangeiro que impulsionou a Economia Brasileira no início dos anos de 1970 ficou comprometida e teve seus primeiros sinais de escassez através das dificuldades de financiamentos externos, bem como da renovação de empréstimos internacionais. Essas dificuldades refletiam severamente nos principais indicadores sociais e econômicos do país, através do agravamento acentuado do endividamento externo, da queda da produção em vários setores, da elevação da inflação e do desemprego nas regiões metropolitanas. (ABREU E CARNEIRO et al, 1983).

Os estudos feitos por Pastore, Zylberstajn e Pagotto (1983), conforme dados dos Censos de 1970 e 1980, destacam o desempenho social do país, analisando a família como importante unidade econômica e não mais o indivíduo isoladamente como nos estudos tradicionais.

... e Pagotto (1983) os estudos sócio-econômicos feitos a partir dessa nova metodologia se devem ao fato da situação social de cada indivíduo não ser fruto somente de seu próprio desempenho, mas da contribuição dos demais membros da família, tendo em vista, ser o Brasil um país onde sua população se comporta de forma extremamente dependente de seus familiares. Com isso afirmam que o mais comum na economia doméstica da família brasileira é a prática da redistribuição interna ó tanto das benesses como do sofrimento.

Partindo desse pressuposto, esses estudos constatam que a transformação demográfica ocorrida nesse período, refletiu significativamente nas mudanças sociais da família brasileira. A transformação da população brasileira iniciada na década de sessenta com a queda abrupta das taxas anuais de crescimento demográfico (Tabela 6), teve como conseqüência a redução do tamanho das famílias com modificações em sua estrutura e da composição etária da população brasileira. Tendência essa que se revela com os dados do IBGE onde na década de sessenta, verifica-se que 30% da população era composta por pessoas com menos de 10 anos, ficando abaixo de 26% na década posterior. (Tabela 3). Com isso destacam:

No que tange ao tamanho, a década de 70 apresentou uma sensível redução no número de membros por domicílio ó o que, evidentemente, reduz o denominador no cálculo da renda per capita e tende a aumentar a própria renda. (PASTORE, ZYLBERSTAJN, PAGOTTO, 1983, p. 11)

As conseqüências dessas mudanças demográficas refletiram positivamente na situação sócio-econômica da família brasileira. Em primeiro, ocorreu o envelhecimento relativo da população, apesar da predominância jovem. Com isso, a população economicamente ativa cresceu e diminuiu o peso dos que dependem dos adultos para sobreviver. A família brasileira

idade produtiva, tendo em vista uma maior participação dos

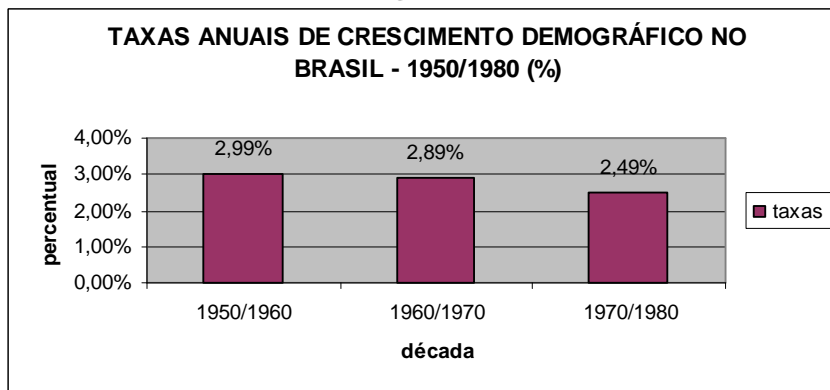
adultos no mercado de trabalho.

Tabela 3 ó Composição Etária da População Brasileira 1960 ó 1980 (%)

GRUPOS	ANOS		
ETÁRIOS	1960	1970	1980
0 a 9	30,42	29,28	25,98
10 a 14	12,18	12,73	11,38
15 a 19	10,23	11,01	11,15
20 a 24	8,91	8,9	9,76
25 +	38,26	38,08	41,73
Total	100	100	100

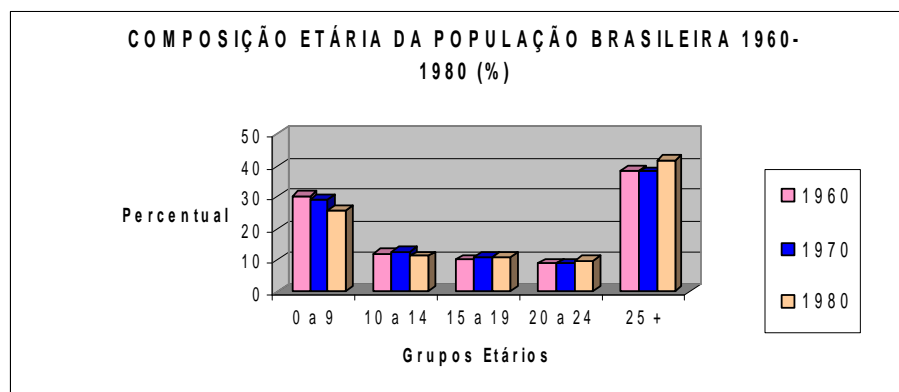
Fonte: IBGE apud Pastore, Zylberstajn e Pagotto

Figura 2



Fonte: IBGE

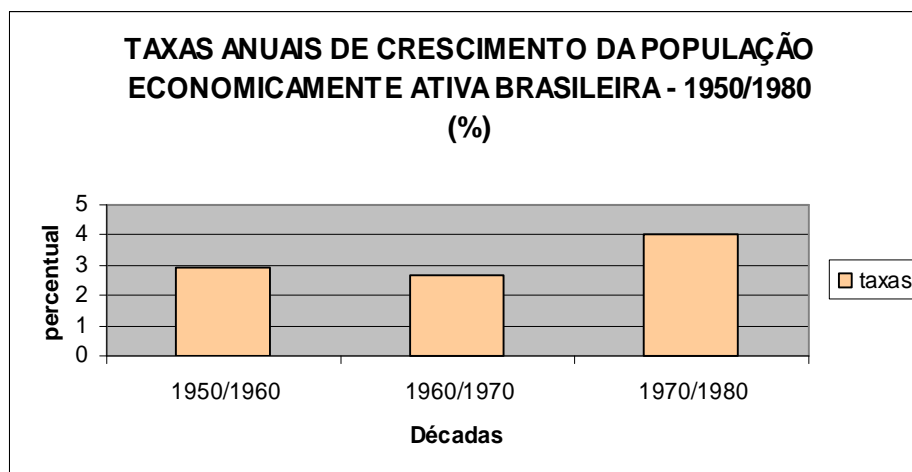
Figura 3



Fonte: IBGE

família brasileira, portanto, teve um salto positivo na década de setenta, precisamente, quando se analisa os dados do censo demográfico de 1980, onde revela o enorme declínio na proporção das famílias pobres. Em 1970, 44% das famílias brasileiras, conforme os dados da Tabela 4, sobreviviam com menos de ¼ de salário mínimo per capita, representando um total de 7,3 milhões de famílias. Em 1980 essa proporção reduziu-se para menos de 18% e o número de famílias pobres decresceu, nesse mesmo período, para 4,4 milhões, conforme os estudos de Pastore, Zylberstajn e Pagotto (1983).

Figura 4



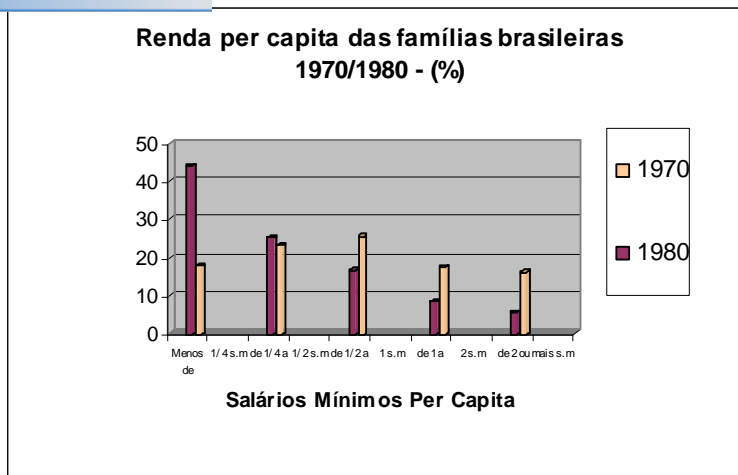
Fonte: IBGE

Tabela 4 ó Renda per capita das famílias brasileiras 1970/1980 ó (%)

Em salários mínimos per capita									
Menos de ¼ s.m		de 1/4 a 1/2 s.m		De ½ a 1 s.m		de 1 a 2 s.m		de 2 ou mais s.m	
1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980	1970	1980
43,9	17,7	25,2	23,2	16,6	25,5	8,5	17,4	5,7	16,2

FONTE: IBGE ó Tabulação de Pastore, Zylberstajn e Pagotto

Figura 5



Fonte: IBGE, conforme a tabela 6

3.2. Crescimento populacional e renda per capita ó 1980 a 2000

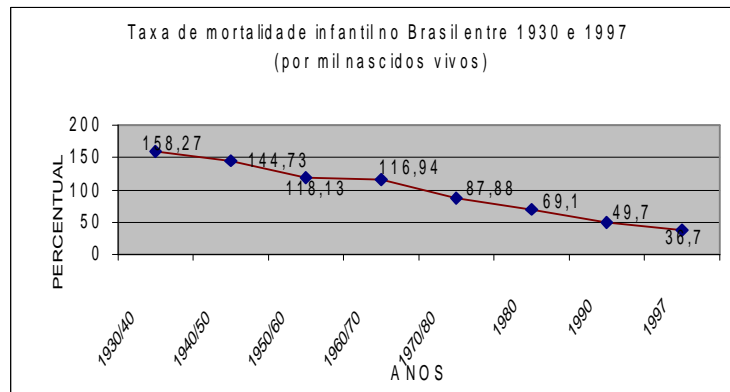
Os dados do censo realizado em 1991 revelaram mudanças significativas no padrão demográfico brasileiro. O fantasma de uma explosão demográfica prevista nos anos anteriores foi substituído pela nova indicação de que o crescimento populacional ficaria cada vez menor nos anos seguintes, ou seja, a população estava ficando mais velha e crescendo de forma bem mais lenta.

Apesar de um incremento de 25.863.669 habitantes entre 1970 e 1980, a taxa média anual de crescimento da população brasileira residente na década teve seu primeiro declínio de 2,48% contra 2,89% na década anterior. (Tabelas 5 e 6). Um dos aspectos desse processo se deu, inicialmente, pela notável queda das taxas de mortalidade que teve início na década de 40, fato que, segundo Gremaud et al (2002), se verificou pelo progresso da medicina com melhoras na saúde pública, e pelo controle de doenças endêmicas acompanhada por melhores condições de higiene e saneamento básico, e também pelas condições sócio-econômicas que influenciam a nutrição, habitação e a educação da população brasileira.

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

mortalidade infantil também foi um fator que contribuiu significativamente para a queda da mortalidade, apresentando um declínio acentuado nas décadas de 60 e 80, motivadas, principalmente, por questões educacionais, sobretudo com respeito aos cuidados das mães com as crianças recém-nascidas. (Figura 6)

Figura 6



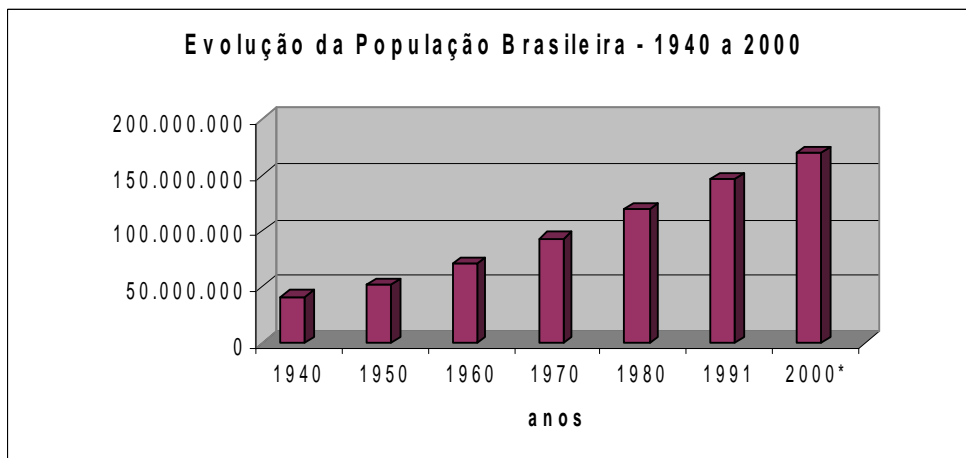
Fonte: IBGE, Censo Demográfico de 2000

Tabela 5 - Evolução da População Brasileira - 1940 a 2000

ANO	POPULAÇÃO RESIDENTE
1940	41.236.315
1950	51.944.397
1960	70.070.457
1970	93.139.037
1980	119.002.706
1991	146.825.475
2000	169.799.170

FONTE: IBGE ó Censos Demográficos de 1940 a 2000

Figura 7



Fonte: IBGE

As taxas de natalidade, correspondentes à relação entre os nascimentos e a população total, são outros aspectos importantes do processo de transição demográfica brasileira, cuja queda só aconteceu a partir dos anos de 1960. A queda das taxas de natalidade acompanhadas pela redução das taxas de mortalidade contribuiu para que o crescimento populacional se reduzisse drasticamente, afastando assim, as pessimistas previsões de uma futura explosão demográfica.

Tabela 6 ó Taxa Média Anual de Crescimento da População Residente no Brasil e Regiões 1900 ó 2000

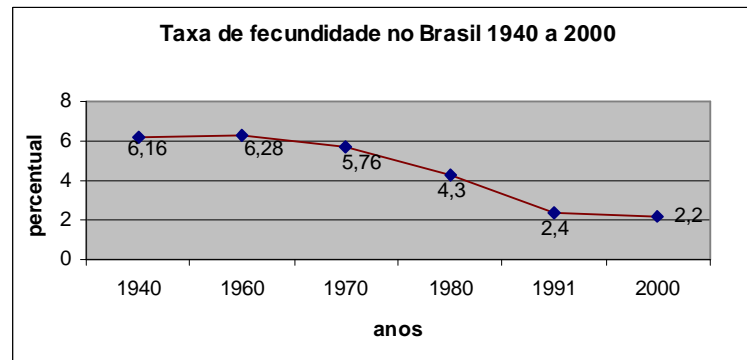
REGIÃO	ANOS						
	1900/20	1920/40	1940/50	1960/70	1970/80	1980/91	1991/00
Brasil	2,86	1,5	2,39	2,48	2,48	1,93	1,63
Norte	3,7	0,08	2,29	5,02	5,02	3,85*	2,9*
Nordeste	2,58	1,26	2,27	2,16	2,16	1,83	1,3
Sudeste	2,82	1,49	2,14	2,64	2,64	1,77	1,6
Sul	3,45	2,45	3,2	1,44	1,44	1,38	1,4
Centro-Oeste	3,61	2,56	3,41	4,05	4,05	3,0	2,4

Fonte: IBGE

* incluindo o Estado do Tocantins

brasileira ainda era bastante elevada entre as décadas de 1940 e 1950. Esta taxa passou a sofrer quedas a partir do final dos anos sessenta. O declínio muito rápido dos níveis de mortalidade aliado à manutenção dos altos níveis de fecundidade causou um aumento do volume populacional, pois a taxa de crescimento populacional do Brasil durante a década de sessenta ficou próxima de 3% ao ano. Em 1940 a taxa de fecundidade brasileira era de 6,16%, chegando em 1960 com 6,28%, sendo que, até a década de 70, apesar de progressiva, a redução da taxa de fecundidade ainda era lenta, acentuando-se na década de oitenta. Os dados do Censo Demográfico de 1991 mostraram que a queda da taxa de fecundidade brasileira na década de 1980 foi bastante elevada em relação às décadas anteriores passando de 4,30% em 1980 para 2,40 em 1991, chegando em 2000 com 2,2%. (Figura 8)

Figura 8



Fonte: IBGE

A aceleração do processo de industrialização brasileira, no final da década de 1970, e a modernização da sociedade contribuíram para essa progressiva queda das taxas de fecundidade e para o envelhecimento da população. As mulheres tiveram maior acesso aos métodos contraceptivos e participação mais ativa no mercado de trabalho, tendo em vista o rápido crescimento econômico e maior oferta de empregos nesse período. A antiga concepção

ênça da religião e dos valores morais e filosóficos e que se apoiava na idéia de que ter filhos era importante porque garantiria o futuro dos pais, através da assistência à velhice e do crescimento do rendimento total da família no médio prazo, foi profundamente afetada a partir da década de 80. Atualmente, o que pesa na decisão de ter filhos são os custos que eles representam para os pais, principalmente os custos de oportunidade no mercado de trabalho que atingem de forma especial as mães. (GREMAUD, 2002).

A expansão urbana também acompanhou o processo de transição demográfica, assim também como acompanhou as transformações sócio-econômicas da sociedade brasileira, ocorridas a partir da década de 1960. Em 1960, 44,67% da população vivia em área urbana enquanto que 55,33% vivia na área rural do país. A partir de 1970 a situação se inverteu e o percentual de pessoas vivendo em áreas urbanas passou para 55,92% e na área rural 44,08% (Tabela 7).

Tabela 7 - Evolução da População Brasileira por situação de domicílio entre 1940 - 2000 (em mil habitantes)

ANO	POPULAÇÃO TOTAL	POPULAÇÃO URBANA		POPULAÇÃO RURAL	
		MIL HABIT	%	MIL HABIT	%
1940	41.236	12.880	31,24	28.356	68,76
1950	51.944	18.783	36,16	33.161	63,84
1960	70.191	31.303	44,67	38.768	55,33
1970	93.139	52.085	55,92	41.054	44,08
1980	119.002	80.436	67,59	39.556	32,41
1991	146.825	110.991	75,47	35.834	24,53
2000	169.544	137.670	81,20	31.874	18,80

FONTE: IBGE apud GREMAUD

4) divulgaram um artigo³, onde fizeram um estudo sócio-econômico e demográfico do Brasil referente aos regimes de fecundidade da década de 1990. As autoras constataram uma nova preocupação quanto aos indicadores demográficos: número muito elevado de mulheres com fecundidade abaixo do nível de reposição. Nos dados do IBGE no Censo Demográfico de 1991, 35% das mulheres se encontravam em nível de fecundidade abaixo do nível de reposição enquanto que as de fecundidade elevada, ou seja, com uma média de 5 ou mais filhos, era de 11%. No Censo de 2000 esses dados representavam 42% e 6%, respectivamente.

A preocupação quanto a esse novo cenário demográfico se dá por suas implicações sociais, porquanto o envelhecimento da população exigir a elaboração de políticas públicas adequadas e eficientes. Um fato observado nesse estudo é que os fatores condicionantes para a redução da fecundidade estão ligados ao aumento dos anos de estudos e o rendimento médio per capita. O que se verifica também é que existem diferenciais de fecundidade por situação sócio-econômica entre as mulheres pobres, menos escolarizadas, negras, domiciliadas em áreas rurais, principalmente, no Norte e Nordeste brasileiro.

O cenário positivo da economia brasileira no final do século XX e a redução das taxas de fecundidade não eliminam o gargalo que representa um contraste no processo de crescimento e desenvolvimento econômico do país: a desigualdade de renda. Esse fato é objeto de uma vasta literatura em torno de conceitos ideais para definir crescimento e desenvolvimento econômico.

Segundo Sandroni (2005), crescimento econômico é o aumento da capacidade produtiva da economia, que se consolida com a elevação da produção de bens e serviços de determinado país ou área econômica, ou seja, é a ampliação quantitativa da produção de um país. Desenvolvimento Econômico é o Crescimento Econômico (aumento do produto per

³ Trabalho apresentado no XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais, ABEP, realizado em Caxambu (MG) em setembro de 2004.

do padrão de vida da população através de mudanças positivas nos indicadores sociais (educação, saúde, habitação, saneamento básico).

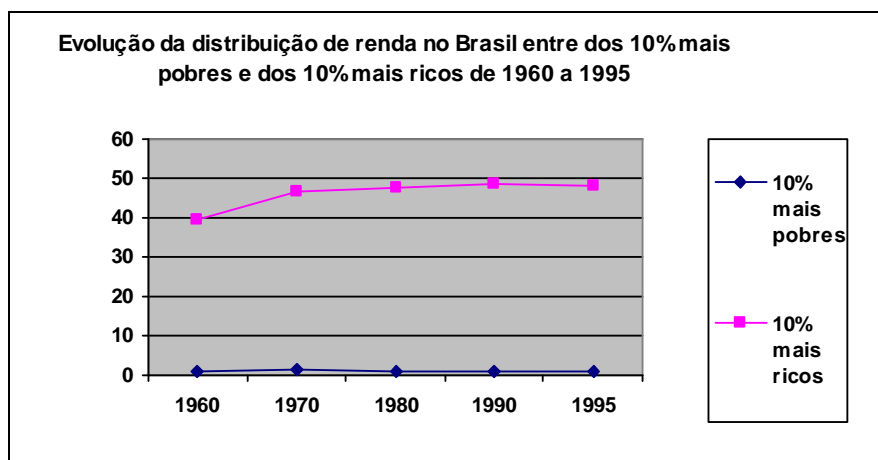
Os dados da tabela 8, referentes ao período de 1960 e 1995, demonstram a dura realidade das classes de baixa renda que pertencem à população economicamente ativa. Os rendimentos dos 10% mais pobres tiveram uma evolução insignificante que oscilaram em torno de 1,04% em média, com uma participação na classe de renda em 1960 de 1,1%, apresentando uma queda em 1990 de 0,8%, chegando, na metade da década de 90, com 1,1%. No outro extremo da classe de rendimentos, os 10% mais ricos detinham 39,6% na participação da renda evoluindo para 48,2% em 1995. A figura 9 ilustra bem a essas disparidades entre ricos e pobres.

Tabela 8 ó Evolução da Estrutura de Distribuição de Renda no Brasil, 1960-1995, conforme a população economicamente ativa.

Classes de Rendimentos	% da participação de cada classe de renda				
	1960	1970	1980	1990	1995
10% mais pobres	1,1	1,2	1,0	0,8	1,1
10%	2,3	2,2	2,1	1,8	2,2
10%	3,4	2,9	2,9	2,2	2,4
10%	4,7	3,7	3,7	3,0	3,2
10%	6,2	4,9	4,3	4,1	4,2
10%	7,7	6,0	5,5	5,5	5,3
10%	9,4	7,3	7,4	7,3	7,2
10%	10,9	9,9	9,9	10,3	10,1
10%	14,7	15,2	15,5	16,3	16,1
10% mais ricos	39,6	46,7	47,7	48,7	48,2
5% mais ricos	28,4	30,3	32,7	34,9	34,6
1% mais ricos	12,1	12,5	13,0	14,2	13,9

FONTE: IBGE

Figura 9



Fonte: IBGE

3.3. A relação entre educação, crescimento populacional e a renda capita no Brasil nos anos de 1990

O Brasil, conforme estudo realizado, citado neste trabalho, chega ao final do século XX com uma inquietante dívida social que compromete todo um projeto de desenvolvimento econômico: a concentração de renda. A questão é que os resultados do Crescimento Econômico Brasileiro fomentado pela expansão industrial e pelo avanço tecnológico no período de 1980 a 2000 não ocorreu de forma homogênea no país, apresentando grandes disparidades regionais o que acirrou as diferenças entre ricos e pobres. Dentre os principais indicadores sociais, a educação se destaca como peça fundamental para amenizar as desigualdades de renda e fator condicionante para a consolidação do desenvolvimento econômico. Essa constatação se baseia num arcabouço teórico estudado no segundo capítulo desta dissertação, onde uma vasta literatura, endossada pelas teorias dos clássicos da economia, aponta a importância do capital humano como gerador de riqueza e renda, proporcionando o caminho para que uma nação seja mais próspera e produtiva.

Mundial ⁴, sugere que aumentando em um ano o número médio de anos de instrução do contingente de mão-de-obra, o PIB aumentaria em 9% ao ano, nos três primeiros anos, e, a partir daí, em 4% ao ano. Sendo assim, uma previsão mais otimista no aumento dos anos de estudos da população, acarretaria um resultado favorável para a economia, através do crescimento acumulativo do PIB, e, conseqüentemente, o aumento da renda per capita.

Cláudio de Moura Castro⁵, afirma que: "Quem cria emprego é crescimento, quem cria crescimento é produtividade e competitividade. E sem boa educação não há nenhum dos dois. Ele enfatiza que só recentemente, da década de 90 para cá, é que o Brasil acordou para a importância da educação no desenvolvimento do país, pois havia, ainda, uma forte idéia de que um sistema educacional deficiente não influenciava o progresso de um país. Idéia essa baseada no fenômeno do Milagre Brasileiro, onde houve crescimento sem educação.

Os dados do IBGE, divulgados no censo de 2000, conforme mostra a Tabela 9, reforçam a teoria de que quanto mais se estuda, melhora os rendimentos das pessoas. A análise da influência da educação para a melhoria do bem-estar da população se torna evidente, quando se relaciona anos de estudos com os rendimentos das pessoas.

Para facilitar o estudo dessa teoria, adotou-se analisar o universo das mães menores de 30 anos no Brasil em 2000, conforme os dados do IBGE, e verificar seus rendimentos em salários mínimos por grupos de anos de estudos. O que se percebeu, ao comparar os dois extremos de escolarização, é que existe uma diferença de renda significativa entre as mulheres pertencentes ao grupo das sem instrução ou menos de 1 ano de estudos e aquelas com 11 anos de estudos ou que já haviam iniciado uma faculdade.

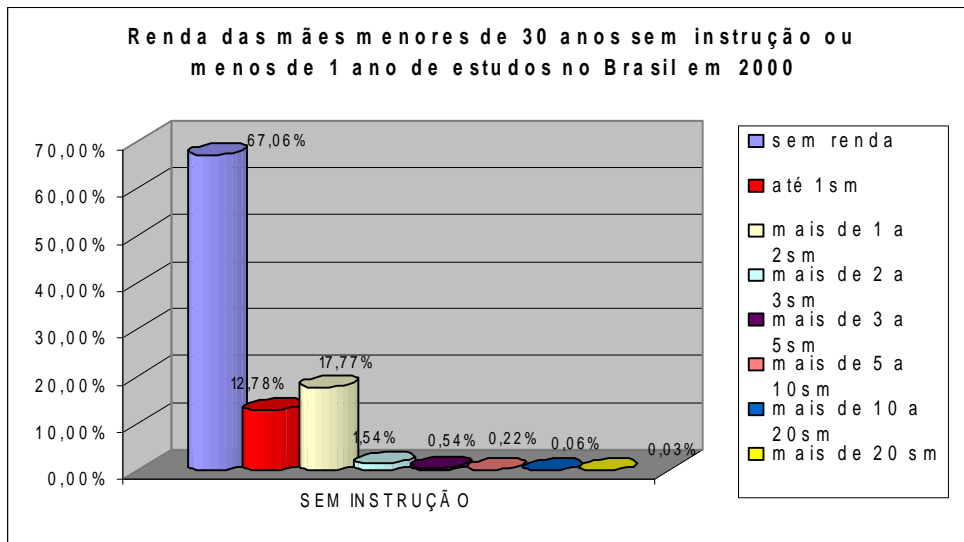
No Brasil, verifica-se que das 741.073 mulheres sem instrução, 496.966 não possuíam rendimentos, correspondendo a 67,06% desse grupo. As mulheres que tinham no mínimo 11

⁴ BANCO MUNDIAL. Relatório do Desenvolvimento Mundial 1991, p. 49-50

⁵ Cláudio de Moura Castro, economista. Ponto de Vista Revista Veja. Dezembro de 2000.

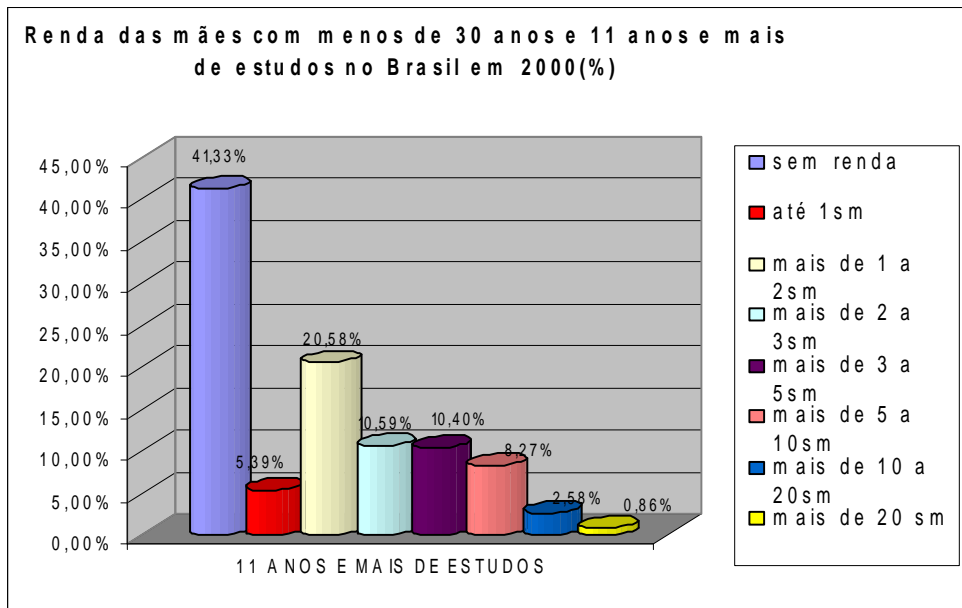
...ciam à classe das sem rendimentos. As Figuras 10 e 11 ilustram melhor essas duas realidades, quando mostram que as mulheres sem instrução chegam a ganhar no máximo dois salários mínimos, a partir daí é insignificante o percentual das que passavam desse patamar, ou seja, 1,54% ganhavam mais de 2 a 3 salários mínimos, chegando a 0,22% o percentual daquelas que ganhavam mais de 5 a 10 salários mínimos. (Tabela 9)

Figura 10



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000

Figura 11



Fonte: IBGE - Censo Demográfico de 2000

Tabela 9 - Renda por anos de estudos de mães menores de 30 anos do Brasil em 2000 (%)

Anos De Estudos	sem renda	Até 1 sm	mais de 1 sm a 2 sm	mais de 2 sm A 3 sm	mais de 3 sm a 5m	mais de 5 sm a 10 sm	mais de 10 sm a 20 sm	mais de 20 sm	Total
Sem instrução	67,06%	12,78%	17,77%	1,54%	0,54%	0,22%	0,06%	0,03%	100%
De 1 a 3 anos	70,43%	13,25%	13,30%	1,85%	0,81%	0,28%	0,06%	0,02%	100%
De 4 a 7 anos	65,72%	11,49%	17,20%	3,44%	1,45%	0,54%	0,11%	0,04%	100%
De 8 a 10 anos	58,00%	8,80%	20,69%	6,63%	3,79%	1,62%	0,35%	0,12%	100%
11 anos e mais	41,33%	5,39%	20,58%	10,59%	10,40%	8,27%	2,58%	0,86%	100%
Total	60,36%	10,16%	17,95%	5,05%	3,47%	2,18%	0,62%	0,21%	100%

Fonte: IBGE ó Censo Demográfico de 2000

Conforme os dados do IBGE verificam-se as constatações de que quanto mais se estuda, maior é o salário e menor e a taxa de desemprego. O emprego para o pessoal de baixa qualificação está desaparecendo. Os números publicados correspondem à realidade brasileira.

mentos obtidos pelos americanos e europeus com o mesmo grau de qualificação: a taxa de desemprego para quem tem até 10 anos de estudo é de 13,06%, de 12 a 14 anos 7,91%, de 15 a 17 anos 3,83%, mais de 17 anos de estudos 2,68%. Quanto aos salários, se elevam na medida em que aumentam os anos de estudo: R\$ 1.800 para quem concluiu o ensino médio; R\$ 8.600 para quem tem curso superior e fala uma língua estrangeira e R\$ 18.500 para quem tem doutorado ou MBA.

Um outro aspecto a ser analisado é a relação da escolarização com o tamanho da família. Os dados do IBGE no Censo de 2000 revelaram uma tendência de redução dos anos de estudos das mulheres à medida que aumenta o número de filhos.

As Tabelas 10 e 11 com dados em valores absolutos e relativos, respectivamente, referentes aos filhos nascidos vivos das mães menores de 30 anos no ano de 2000 no Brasil mostram essa realidade ao se observar, em primeiro lugar os dois extremos dos dados, ou seja, aquelas mulheres sem instrução ou com menos de um ano de estudos e aquelas com 11 anos de estudos ou mais analisando essas duas realidades com o número de filhos nascidos vivos.

Num universo de 741.073 mulheres pertencentes ao grupo daquelas que não possuíam nenhuma escolarização ou menos de um ano de estudos, 18,86% tinha um filho, aumentando para 20,37% as que tinham dois filhos. Percebe-se, assim, que há um decréscimo de mulheres sem escolarização das que tinham de três a cinco filhos, ou seja, 16,88%, 11,42% e 7,51%, respectivamente. Quando se observa aquelas que tinham mais de cinco filhos, a taxa de escolarização diminui apresentando um acentuado percentual de mulheres sem instrução representando 24,95% desse universo, conforme ilustra a Figura 12.

os por anos de estudos de mães menores de 30 anos no

Brasil em 2000

Anos de Estudos agrupados	Total de filhos nascidos vivos						
	1	2	3	4	5	mais de 5	Total
S/ instruç.ou menos de 1 ano	139.791	150.977	125.124	84.615	55.659	184.907	741.073
De 1 a 3 anos	505.570	473.615	321.522	160.939	81.431	152.912	1.695.989
De 4 a 7 anos	1.800.388	1.330.545	643.337	232.649	87.657	109.952	4.204.526
De 8 a 10 anos	1.197.700	581.782	194.347	53.212	18.386	21.882	2.067.308
11 anos e mais	1.330.012	528.161	152.408	40.282	15.829	21.361	2.088.052
Total	4.973.459	3.065.081	1.436.738	571.696	258.961	491.013	10.796.948

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

Tabela 11 ó Filhos nascidos vivos por anos de estudos de mães menores de 30 anos no Brasil em 2000 (%)

Anos de Estudos agrupados	Total de filhos nascidos vivos						
	1	2	3	4	5	mais de 5	Total
S/ instruç.ou menos de 1 ano	18,86%	20,37%	16,88%	11,42%	7,51%	24,95%	100,00%
De 1 a 3 anos	29,81%	27,93%	18,96%	9,49%	4,80%	9,02%	100,00%
De 4 a 7 anos	42,82%	31,65%	15,30%	5,53%	2,08%	2,62%	100,00%
De 8 a 10 anos	57,94%	28,14%	9,40%	2,57%	0,89%	1,06%	100,00%
11 anos e mais	63,70%	25,29%	7,30%	1,93%	0,76%	1,02%	100,00%
Total	46,06%	28,39%	13,31%	5,29%	2,40%	4,55%	100,00%

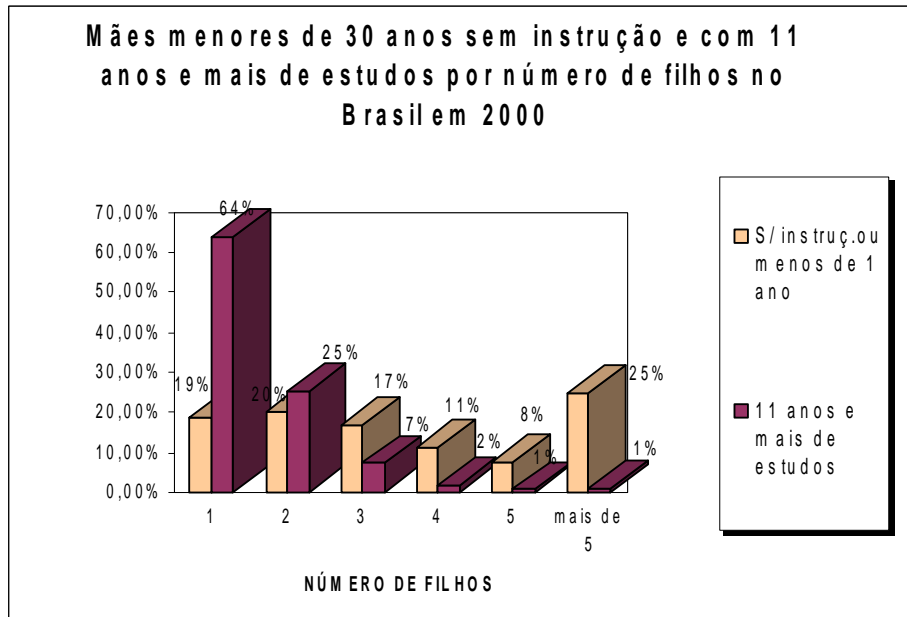
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

No outro extremo dos dados das tabelas 11 e 12, estão às mulheres pertencentes ao grupo daquelas que possuíam de 11 anos e mais de estudos. São aquelas com o Ensino Médio completo ou que já haviam iniciado uma faculdade. Os dados referentes a esse grupo revelam que a escolarização decai à medida que aumenta o número de filhos, ou seja, das 2.088.052 dessas mulheres, 1.330.012 tinham um filho, correspondendo a 63,70% desse universo, mas as mulheres pertencentes a esse grupo que tinham dois filhos, representavam apenas 25,29%, percentual que já apresenta um diferencial de escolarização significativo.

Logo, a queda do percentual de mulheres escolarizadas vai se tornando cada vez mais acentuada à medida que aumenta o número de filhos, sendo que aquelas pertencentes ao grupo

filhos representavam um inexpressivo percentual de 1,02%, reforçando a teoria de que quanto maior o número de filhos, menores são os níveis de escolarização. (Figura 12)

Figura 12



Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000

4. RETROSPECTIVA HISTÓRICA DO CRESCIMENTO POPULACIONAL NO ESTADO DO AMAZONAS

4.1. Período pré-colonial

A Amazônia foi descoberta no contexto da disputa entre Portugal e Espanha pela colonização da América no período de 1532 a 1539. O interesse da Coroa Portuguesa pelas terras brasileiras se deu pelo fato da grave crise econômica lusitana em decorrência da queda de seu domínio no comércio asiático e à presença de exploradores estrangeiros no litoral brasileiro.

O Tratado de Tordesilhas (1494) foi o acordo feito para tentar amenizar a disputa com a divisão das terras brasileiras entre os dois países, ficando Portugal com o território brasileiro ao longo do Oceano Atlântico, enquanto que à Espanha cabia toda Amazônia. No período de 1500 a 1570, foram realizadas várias expedições na tentativa de conquistar a Amazônia, todas sob o controle da Coroa Espanhola, dentre elas, duas marcaram a descoberta da região pois conseguiram descer todo o rio Amazonas, dando uma visão geral dos povos que habitavam as margens do rio: a expedição de Francisco Orellana (1541-1542) e a de Ursua-Aguirre (1560-1561).

taram que a Amazônia se tornasse conhecida no mundo europeu, além de ter atraído a atenção de outros países devido aos relatos de suas potencialidades, da sua beleza natural e a descrição de sua população nativa. Por conseguinte, todos queriam explorar esse mundo desconhecido, de paisagem extraordinária, e exuberante natureza tropical. Ingleses, holandeses, franceses e irlandeses se interessaram pela região, por isso o registro de várias invasões. Francisco Orellana desceu o rio Napo até chegar ao Rio Amazonas, foi uma expedição que realizou muitas descobertas e chegou ao Oceano Atlântico em 1542, aonde foram feitos vários relatos. Na viagem de Pedro de Ursua, foi feito o mesmo trajeto da expedição anterior e tinha por finalidade encontrar novas terras e riquezas além de confirmar os relatos feitos pela expedição de Orellana.

Durante a maior parte do século XVI, a Amazônia permaneceu inexplorada. A região ainda não havia despertado o interesse espanhol por suas riquezas naturais. Assim, durante a União Ibérica (1580 a 1640), período de domínio espanhol, Portugal percebe esse desinteresse e sob o apoio da própria Espanha a pretexto de controlar a presença de estrangeiros como os holandeses, franceses, ingleses e irlandeses, que se aproximavam da região, resolveu alavancar a sua conquista avançando pela Bacia Amazônica, desrespeitando o Tratado de Tordesilhas.

Nesse período, Portugal enfrentava uma grave crise financeira e, para amenizar a situação e tentar restaurar sua economia, a Coroa Portuguesa incentivou os colonos a adentrar nas matas amazônicas com o intuito de explorar as chamadas ódrogas do sertão (cacau, salsaparrilha, cravo, canela, sementes, raízes aromáticas e etc.), que, juntamente com a produção agrícola da cana-de-açúcar, o tabaco e o algodão, eram base da economia da região. Esses produtos passaram a ter muito valor no mercado europeu. Essa nova empreitada portuguesa demandava a contratação de um grande contingente de mão-de-obra, e, como Portugal precisava restaurar suas finanças, o caminho mais fácil foi utilizar a força de trabalho

ou a ser peça fundamental para a restauração econômica de

Portugal, pois além de servir como mão-de-obra barata e muito mais em conta do que o escravo negro, também servia de guia por conhecer os segredos dos rios, da floresta e da localização das ódrogas do sertãoö.

O índio, segundo a análise de vários historiadores amazônicos, representava também uma droga do sertão especial, sendo explorado pelo colonizador europeu de forma agressiva. Pelo fato do explorador europeu não ter encontrado ouro e nem prata, o índio representava o ouro vermelho, sendo a melhor forma de obter lucro fácil com a exploração de seu trabalho na agricultura, na coleta das ódrogas do sertãoö, no transporte de mercadorias, na construção de feitorias, engenhos e canoas, e até como guerreiros. (FREIRE, 1994).

4.1.1 População

Os estudos da demografia da Amazônia, sobretudo no período pré-colonial e colonial, foram feitos com muita dificuldade, isto pela carência de dados e de fontes para coletá-los. Mesmo os estudos mais recentes, feitos por pesquisas arqueológicas e com a utilização de técnicas bem mais desenvolvidas, apresentam uma grande margem de erro.

É inegável a importância que os historiadores e as diversas literaturas sobre a Amazônia têm dado aos relatos dos cronistas que acompanharam as expedições descobridoras feitas, em diferentes épocas, no período pré-colonial. Apesar de demandar uma visão crítica acerca desses relatos, estudos mais recentes, no tocante da demografia indígena, resgatam a importância historiográfica desses cronistas como um dado importante para a reconstrução histórica da região.

Pedro Teixeira, citado por Freire (1994, p.13) sintetiza: "Rios todos muitos caudalosos, e com tanto número de índios de diferentes nações, que é impossível poder

o de Francisco Orellana, frei Gaspar de Carvajal, em vários pontos de seu relato, se refere às grandes cifras populacionais, pois, segundo ele, em uma só aldeia encontrou comida suficiente para alimentar um exército de 1000 homens durante um ano. Os estudos mais sérios, sobre o tamanho da população indígena pré-conquista e sua redução catastrófica são aqueles desenvolvidos por brasilianistas, que são pesquisadores estrangeiros da realidade brasileira, principalmente americanos. Somente a partir de 1970, que a demografia indígena passou a ser conhecida na Amazônia, graças a trabalhos de pesquisas bem mais avançados realizados pela Escola de Berkeley (EUA).

Freire (1994), cita os estudos feitos por Willian Denevan(1977), etno-historiador norte-americano, pesquisador da historiografia demográfica da Amazônia, que estimou que, em toda área da Grande Amazônia, (área superior à Bacia Amazônica e a própria Amazônia Legal), havia em torno de 6.800.000 habitantes, destes, 5.000.000 se localizavam na área da Bacia Amazônica. John Hemming, outro pesquisador estrangeiro, estimou que só na área brasileira da bacia Amazônica, existiam 3.625.000 habitantes antes do contato com o conquistador europeu.

Figueiredo (2002), afirma que o antropólogo Erwin Frank, trabalhando nos estudos de Willian Denevan, concluiu que com exceção da área do nordeste da Bolívia e do leste do Peru, dos 60% da população nativa da América do Sul, 2% estavam localizados na Amazônia. O autor afirma ainda, que a pesquisadora Betty Meggers, constatou que os ecossistemas amazônicos, pobres, e com limitados recursos alimentares, impediam o desenvolvimento de grandes populações na região, estimando um quadro demográfico de aproximadamente 1.500.000 a 2.000.000 de habitantes.

Com o intuito de assegurar a posse da terra, Portugal se instalou na Amazônia passando a construir fortes e constituir feitorias. Em 1616, junto à embocadura do Rio Amazonas foi fundado o Forte do Presépio que deu origem a cidade de Belém. Foi nesse contexto, que a população nativa da região passou a sofrer grandes perdas, pois a colonização lusitana tinha o objetivo de tomar posse da terra a qualquer custo. Dominando não só a capacidade física dos índios, mas também o seu espírito, através da vinda de missionários de Portugal para catequizá-los.

A fundação do Forte do Presépio, em 1616, representou um marco para a consolidação da colonização na Amazônia, pois foi a partir deste fato que Portugal decidiu ocupar definitivamente a região, dando início ao processo de exploração econômica. Para isso, Portugal não poupou qualquer resistência da população nativa, dando início, a um período muito conflituoso e sangrento que intensificou a morte da população indígena, perdas de vida que já iniciou com a chegada das expedições européias na região.

A lógica econômica da colonização portuguesa que se processava no contexto histórico da doutrina mercantilista, não se amoldava aos costumes e a realidade dos índios que praticavam uma agricultura tropical de trabalho extensivo e de subsistência com técnicas rudimentar de cultivo. Em contrapartida, os portugueses adotavam uma prática de trabalho intensivo e extrativista.

Segundo Freire (1994), a população indígena praticava uma organização econômica tão eficiente que não demandava muito esforço e nem desperdício. Necessitavam apenas de 3 horas diárias de atividade produtiva, realizada de forma comunitária, visando fundamentalmente atender suas necessidades internas. E nesse contexto que se deu a revolta dos povos indígenas contra a imposição portuguesa de um ritmo de trabalho forçado e

objeto colonial e a consolidação de um sistema de exploração da força de trabalho da população nativa de forma mais organizada, Portugal precisou utilizar de mecanismos legais para alcançar seus objetivos. Durante o período colonial, foram implantados quatro sistemas: Capitães de Aldeias, o Regimento das Missões, O Diretório e o Corpo de Trabalhadores.

O Sistema de Capitães de Aldeia foi criado através da Lei de 10 de setembro de 1611. Com esta Lei, a escravização dos índios se torna legalizada, aumentando assim o conflito entre colonos e colonizados com a intensificação agressiva dos maus tratos e do trabalho forçado. Segundo Figueiredo (2002), a Lei de 1611 também estabelecia as formas de recrutamento dos índios e sua distribuição entre colonos e para os serviços da Coroa. A distribuição dos índios era organizada em duas categorias: índios livres ou índios repartidos e índios escravos. Os índios repartidos eram considerados livres porque aceitavam ser deslocados pacificamente de suas aldeias nativas para o povoamento dos brancos e os índios escravos eram os capturados através dos Resgates e Guerras Justas, além daqueles que eram trocados como prisioneiros das guerras inter-tribais.

Os Descimentos eram expedições realizadas por missionários a serviço da Coroa portuguesa, com o intuito de convencer os índios, através da catequese, a descerem de forma pacífica e sem conflitos para as aldeias de repartição, assim, saíam de suas aldeias de origem para trabalharem para os colonos brancos em troca de um salário. Os Resgates foram expedições feitas por Tropas de Guerras com a finalidade de resgatar índios prisioneiros de outras tribos por ocasião das guerras inter-tribais. Já as Guerras Justas eram expedições militares fortemente armadas, destinadas a punir e capturar índios rebeldes que não aceitavam lutar do lado dos portugueses contra os estrangeiros, além daqueles que não aceitassem, pacificamente, a conversão ao Evangelho.

Na primeira metade do século XIX, a Amazônia foi marcada por um completo isolamento. A herança colonial trouxe desastrosas conseqüências sócio-econômicas para a região. A agricultura estava impedida de se desenvolver devido à carência de capital e mão-de-obra, além das dificuldades de comunicação e de transporte. O escasso contingente populacional foi reflexo da política colonial adotada por Portugal referente ao sistema de organização da mão-de-obra indígena que dizimou grande parte da população nativa através da escravidão e das epidemias.

Nesse período, primeira metade do século XIX, o Amazonas estava na posição de Capitania, denominada Rio Negro. Não possuía nenhuma autonomia política sendo subordinado ao Pará. Este tratamento de total descaso em que a região era submetida devia-se a política imperial que mantinha a região sob a sujeição administrativa dos tempos coloniais, causando um crescente descontentamento aos políticos da região.

Segundo Souza(2001), o Império do Brasil arrastou a Amazônia para uma letárgica e atrasada economia rural baseada na escravidão, e isso se refletiu no fato da Amazônia ter permanecido sem acesso ao estrangeiro sob o pretexto das convulsões políticas e a insegurança.

O Amazonas, devido aos embargos imperiais, só ganhou autonomia de Província em 1850, com sede na Cidade da Barra, que adotou o nome de Manaus em 1856. Uma área que, após tantos massacres contra os povos indígenas tornara-se demograficamente rarefeita e de difícil acesso, um desafio quase insolúvel para a incipiente tecnologia da época (SOUZA, 2001, p. 134)

Este longo período de esquecimento, cerca de dois séculos, durou até a segunda metade do século XIX. Este quadro só se alterou por volta de 1870, com a chegada de extratores vindos de Belém, que, de forma gradativa, foram alcançando a Província do

descoberta do potencial gomífero da região, a já desestimulada coleta de produtos florestais deixou de ser uma atividade predominante, acarretando uma queda no comércio dos demais produtos agrícolas e extrativos.

O ciclo gomífero teve sua origem com a descoberta do processo de vulcanização, em 1839, por Goodyear. Consequentemente, a goma elástica passou a despertar um grande interesse econômico, sendo utilizada, a princípio, em revestimentos, como isolante, em sapatos e capas. A borracha se tornou uma matéria-prima industrial de importância internacional, quando passou a ser utilizada em pneumáticos no setor automobilístico, provocando assim, uma expansão extraordinária de sua demanda.

4.3.1 População

O crescente negócio da borracha demandava um grande contingente humano. A princípio, a mão-de-obra empregada na extração e beneficiamento do látex era de predominância indígena, porque conheciam os segredos da floresta, e os procedimentos da extração da goma elástica e também porque o *õO cabocloö*, figura regional nascido da miscigenação entre índios e brancos, apesar de certa representatividade no contingente demográfico na região, sua densidade ainda era pequena. Por isso que, como os índios, também foram absorvidos como mão-de-obra para a extração do látex.

A insuficiência populacional dos *õcaboclosö* e o descontentamento indígena, foram fatores preocupantes para os negociantes da borracha. Surgiu, assim, a necessidade de recrutar pessoal de fora da região para suprir a deficiência de mão-de-obra. Foi nesse contexto que houve um significativo fluxo de imigrantes, especialmente na Província do Amazonas, com predominância nordestina. Buscavam melhores condições de sobrevivência, pois eram vítimas da grave crise econômica que assolava o Nordeste brasileiro devido à seca e à estrutura fundiária predominante.

), mesmo que o grande fluxo migratório para a Amazônia tenha sido formado por populações de várias localidades do Brasil, o que mais predominou para a formação do exército de seringueiros na região foi o povo nordestino. Esse fato representou o maior movimento migratório ocorrido na região pós-conquista. Foi um deslocamento humano extraordinário, se considerarmos o curto espaço de tempo em que esses movimentos ocorreram.

O grande movimento migratório para a região, movido pelo flagelo da seca, foi analisado por Celso Furtado (1977, p. 133) sob a denominação de Transumância Amazônica, onde afirma que:

Essa enorme transumância indica claramente que a fins do século passado já existia no Brasil um reservatório substancial de mão-de-obra, e leva a crer que, se não tivesse sido possível solucionar o problema da lavoura com imigrantes europeus, a solução alternativa teria surgido dentro do próprio país. Aparentemente, a imigração européia para a região cafeeira deixou disponível o excedente de população nordestina para a expansão da população da borracha.

4.4. Período republicano (1889 -1950

O final do século XIX, o regime monárquico brasileiro passou por sucessivas crises. Surgiram novos interesses no país que estavam associados à elite cafeeira, aos militares, às camadas urbanas e aos imigrantes, que representavam a nova força de trabalho. Segundo Souza (2001), apesar da insatisfação nortista com a monarquia em razão do episódio desastroso da cabanagem e da prisão do Bispo do Pará devido a seu envolvimento na questão religiosa, lideranças regionais, no contexto da queda do império estavam praticamente alheias

onais. A República surgia no momento em que as atenções estavam voltadas ao sucesso da borracha Amazônica no mercado estrangeiro.

Em virtude de sua localização geográfica, Manaus, como capital do estado, ganha destaque como centro da elite e dos grandes negociantes da borracha. Durante dois séculos, contando a partir de sua origem, em 1669, até meados de 1870, Manaus viveu no esquecimento ficando isolada nos confins do norte do país. Com uma economia baseada na coleta de produtos florestais e alicerçada numa frágil demanda, a capital do Amazonas, no entanto, estava relegada a um lugarejo com um insignificante contingente populacional de aproximadamente 300 habitantes.

A partir de 1870, até meados de 1913, com o surto da economia gomífera na região, conhecido como o período áureo da borracha, Manaus conheceu uma fase de grande expansão e crescimento econômico, propiciando o desenvolvimento de uma infra-estrutura urbana jamais vista no resto do país. Experimentou o glamour de primeiro mundo devido à implantação de serviços de transporte, de bondes elétricos, sistemas de telefonia, eletricidade, tratamento de água e esgoto inaugurando a primeira universidade em 1909, Manaus herdou deste período um vasto patrimônio arquitetônico de procedência européia como o Teatro Amazonas, o Palácio da Justiça, o Palácio Rio Negro, o prédio da Alfândega e etc.

Toda essa pompa, luxo e ostentação era para atender as elites locais e os grupos estrangeiros, ligados à atividade gomífera, que precisavam residir e permanecer na cidade, necessariamente, por algum tempo. Além disso, Manaus possuía um dos principais portos exportadores, onde as atividades comerciais se concentravam com maior intensidade. Esse período áureo, todavia, encerrou-se a partir de 1912, quando o Amazonas, que abastecia o mundo de borracha natural, perde mercado para a borracha asiática. A perda da hegemonia gutífera trouxe drásticas consequências econômicas e sociais para a região. Era o fim de um surto que trouxera prosperidades sem precedentes para a região durante quase meio século.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, o Governo Federal resolveu recuperar e melhorar as condições sócio-econômicas da região, concentrando esforços para reverter a situação da produção gomífera, através de investimentos com o intuito de manter a posição do Brasil no mercado internacional.

A primeira tentativa de recuperação econômica da Amazônia foi com a implantação do Plano de Defesa da Borracha em 1912, através dos Decretos nº. 2.453-A, de 5 de janeiro de 1912 e 9.521, de 17 de abril de 1912, pelo então Presidente da República Hermes da Fonseca, que resolveu investir e incentivar a economia da região com a concessão de bonificações e dinheiro a quem quisesse criar uma nova estrutura para a produção de borracha, com a plantação de seringueiras e a construção de centro de beneficiamento da borracha.

Este plano durou apenas um ano. Não houve o efeito esperado, devido a persistência de uma cultura predatória e extrativa, além da falta de condições financeiras do país. Não havia técnicos qualificados e unindo-se a isso a escassez de um mercado interno desenvolvido para a borracha. O período entre 1912 e 1942, representou, portanto, 30 anos de estagnação na Amazônia, a população retornou à forma mais primitiva da agricultura de subsistência, interrompidas somente na década de 20 por tentativas britânicas de restringir sua própria produção para elevar os preços mundiais.

A nova tentativa de recuperação econômica da região iniciou, portanto, quando os Estados Unidos entraram na Segunda Guerra Mundial, e, tendo perdido seu suprimento com a tomada dos seringais de cultivo do Oriente pelas tropas japonesas, ganharam o apoio do governo brasileiro que concordou em cooperar com as Forças Aliadas no suprimento de matérias-primas estratégicas para a guerra financiada pelo governo americano, trazendo assim, um alívio temporário para os 30 anos de colapso e abandono vividos na região.

termo utilizado para denominar a negociação feita entre os

Estados Unidos e o Brasil com a assinatura dos Acordos de Washington em março de 1942, correspondeu a uma nova estratégia de recuperação econômica da Amazônia. Ao Brasil cabia aumentar a produção, inclusive de borracha, reativando os seringais para reforçar o arsenal bélico americano, e organizar toda uma estrutura administrativa que proporcionasse condições de realizar tal empreendimento.

4.4.1. População

Dentre as mudanças sócio-econômicas geradas com o ciclo da borracha para a região e o período pós-declínio, um aspecto que mereceu destaque foi a dinâmica populacional que se configurou na época no estado do Amazonas. Com a realização do primeiro Recenseamento Geral do Brasil, em 1872, percebe-se uma notória transformação demográfica ocorrida na Amazônia, pois somente na Província do Amazonas foi registrada uma população de 57.610 habitantes (Tabela 1), sendo que 50,9% se concentravam na capital Manaus.

Em 1900 esse quadro se reverteu e o interior passou a concentrar 79,9% da população do Estado, fluxo migratório composto, em sua maioria, por nordestinos e estrangeiros de diversas procedências, atraídos pela falsa expectativa de enriquecimento rápido e melhores condições de vida. Além disso, verifica-se que a população do Amazonas cresceu quatro vezes entre os Censos de 1872 a 1900, ou seja, passou de 57.610 para 249.756 (tabela 15).

Após a queda do ciclo da borracha, ocorreu uma redução gradativa da população interiorana que fugia dos seringais, áreas estagnadas, em direção aos principais pólos de atração na época: Belém e Manaus. Manaus, porém, no período áureo, foi a cidade que recebeu o maior contingente de pessoas devido sua proximidade geográfica às áreas de exploração do látex, além das facilidades de transporte através do rio Amazonas e seus afluentes.

novos períodos de isolamento e estagnação que se prolonga por muitos anos, a situação econômica da cidade de Manaus só se agravou com esse fluxo migratório, pois o crescimento populacional provocou uma pressão constante por serviços sociais e de infra-estrutura, sendo que o governo, no contexto de uma economia decadente, não possuía recursos suficientes para atender essa crescente demanda.

Mesmo assim, percebe-se que o interior do Amazonas, apesar da crise pós-declínio, não se transformou em um vazio demográfico como se poderia esperar. Os dados da Tabela 12 revelaram que a população interiorana continuou crescendo, mesmo que lentamente. Bentes (1983) afirma que esses dados se explicam pelo fato da borracha não ter sido a única atividade extrativa da região, mas a fixação do homem no interior também se deu pela extração da castanha, do pau-rosa, da piaçava, da madeira, do guaraná, das gomas não elásticas, da pesca e da caça, dentre outras. Atividades que antes eram complementares à economia da borracha, passaram a representar a nova base de sobrevivência regional.

Os dados da Tabela 12 mostram também, que, entre 1920 e 1940, o crescimento populacional foi moderado e de caráter vegetativo. Houve um incremento de 74.842 pessoas no Estado, tendo em vista um insignificante fluxo migratório no período. Assim, percebe-se que o crescimento absoluto ocorrido em 20 anos foi menor do que ocorreu em uma década, ou seja, entre 1940 e 1950, o incremento populacional foi de 76.620 habitantes.

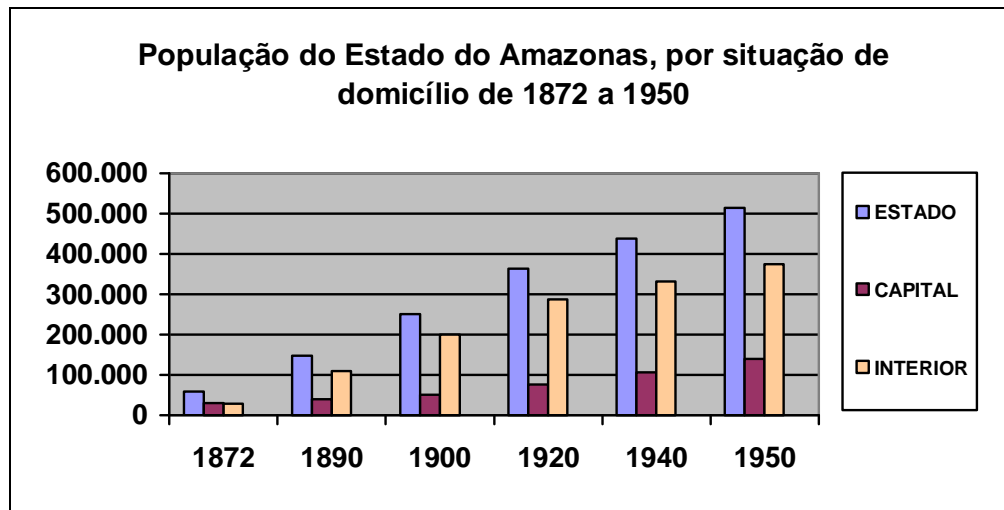
Um dos fatores responsáveis por esse rápido crescimento populacional no início da década de 40 no Amazonas, foi a necessidade do governo brasileiro em recrutar mão-de-obra para cumprir com o compromisso feito com os Estados Unidos através dos Acordos de Washington. Mais uma vez prevaleceu a migração nordestina facilitada pela prolongada seca na região, situação semelhante à ocorrida no final do século XIX. Período em que a borracha ganhava destaque no mercado internacional.

População do Amazonas ó 1872 a 1950

ANO	POPULAÇÃO TOTAL			PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
	ESTADO	CAPITAL	INTERIOR	MANAUS	INTERIOR
1872	57.610	29.334	28.276	50,9	49,1
1890	147.915	38.720	109.195	26,2	73,8
1900	249.756	50.300	199.456	20,1	79,9
1920	363.166	75.704	287.462	20,8	79,2
1940	438.008	106.399	331.609	24,3	75,7
1950	514.628	139.620	375.008	27,1	72,9

FONTE: IBGE ó Censos Demográficos 1872 a 1950

Figura 13



Fonte: IBGE

Demográficos do Estado do Amazonas e da cidade de Manaus no período de 1950 a 1991.

Em virtude de seu caráter emergencial e de curto prazo, os resultados da Batalha da Borracha para a Amazônia não foi o esperado. Em termos de produção, os resultados foram bem modestos e seu impacto para a região quase que inteiramente efêmero. O interesse americano pela borracha amazônica chegou ao fim devido a retomada da produção do Oriente ao final da Segunda Guerra assim a estrutura montada para aumentar a produção regional aos poucos foi sendo desfeita.

Segundo Souza (2001), a Batalha da Borracha provocou grande expectativa e euforia de um retorno ao período áureo. O dinheiro voltou a circular em Manaus e Belém, surgiam novos empregos com melhores salários e o interior foi beneficiado com serviços de assistência médica e de higiene que deram grande contribuição para a melhoria das condições de vida da população.

Souza (2001), afirma ainda que esse empreendimento não teve efeito no longo prazo, pois além da volta a um processo recessivo, a região sofreu grandes perdas humanas nas plantações da hévea, que, conforme apuração da comissão de inquérito do Congresso Constituinte, vinte mil trabalhadores morreram nos seringais da Amazônia.

As tentativas fracassadas de reestruturar a economia da Amazônia através da produção da borracha, fez com que se aprovasse na Assembléia Nacional Constituinte a implementação de um programa de desenvolvimento e valorização econômica da região.

O artigo 199 da nova Constituição brasileira de 1946 determinava que esse programa fosse financiado através de 3% da receita total de impostos federais em um período de 20 anos. Somente em 1953, promulgou-se uma lei aprovando a elaboração de um plano de desenvolvimento regional e de uma agência de desenvolvimento sob a forma de Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), com sede em

residência da República, a SPVEA tinha por finalidade estimular as atividades extrativas, pastoris, minerais e industriais.ö Hall apud Bonfim (p.24). Os resultados da SPVEA foram modestos para a região, e um dos fatores que contribuíram para sua ineficiência foram as decisões políticas que eram incompatíveis com as necessidades sócio-econômicas da região, porquanto a dimensão dos objetivos a serem alcançados demandarem um tempo maior para que as metas fossem alcançadas.

A prova disso liga-se à afirmação de Hall apud Mahar (p.25) onde se lê que:

O Congresso mostrou-se cético sobre o plano quinquenal e não o aprovou, optando em vez disso, por financiar planos de desenvolvimento em base anual, procedimento este que era incompatível com a idéia de planejamento de longo prazo. Tampouco exercia a SPVEA controle efetivo sobre a alocação de seus próprios fundos [...] além disso, cortes orçamentários substanciais, efetuados pelo Congresso, solaparam a implementação do projeto.

Um outro fator a ser considerado é que a SPVEA, como as tentativas anteriores de desenvolver a região, insistia no extrativismo, deixando de lado outras atividades importantes que poderiam ser valorizadas na região, como a juta e a pimenta-do-reino. Souza (2001, p.201).

O início dos anos sessenta foi marcado por mudanças no cenário político nacional com a ascensão dos militares na administração do país através do golpe de 1964 dirigido pelo novo presidente Castello Branco. Para Hall, essa nova fase política representou um divisor de águas com relação a formulação de políticas de desenvolvimento regional, pelo fato das autoridades militares serem bem mais sensíveis do que seus antecessores quanto à importância geopolítica de integração nacional da Amazônia. Com isso, as novas estratégias implantadas pelo governo militar, conhecida como òOperação Amazôniaö em 1966, foram mais enérgicas principalmente no que se refere à integração e à ocupação da Amazônia. O objetivo era criar

estimulando a imigração e investimentos privados em infraestrutura e pesquisa sobre o potencial de recursos.

Nessa perspectiva foram criadas a SUDAM com incentivos aos grandes projetos agropecuários, minerais e energéticos; a SUFRAMA, estabelecendo em Manaus e na Amazônia Ocidental, um calhamaço de projetos industriais e eletroeletrônicos e projetos agropecuários de menor porte. Posteriormente, surgem o PIN, PROTERRA, POLAMAZÔNIA, criados no Governo Médici (1967-1974), como fonte de recursos para financiar projetos agropecuários, sendo, a princípio, o maior atrativo de investidores para a região.

A partir da década de sessenta, a Zona Franca de Manaus emerge, dentro do contexto da política regional de integração nacional dos governos militares, como alternativa econômica capaz de romper com fase de profunda estagnação em que a região se encontrava. O Decreto-Lei nº. 288, de 28 de fevereiro de 1967, que reformulava a Zona Franca de Manaus, tinha os seguintes objetivos para a região: ocupação populacional, desenvolvimento econômico e o bem-estar da população.

Segundo Pontes (2000), a instalação das empresas no parque industrial de Manaus foi um aspecto fundamental para a mudança do cenário sócio-econômico da capital do Estado. Aos poucos, as empresas estrangeiras foram se instalando na área urbana disponível, contratando mão-de-obra barata de trabalhadores sem especialização, atraindo, para a capital, população tanto de fora, quanto de dentro do Estado, enquanto que o interior ficava progressivamente abandonado.

Com isso, Manaus expandiu-se numa velocidade jamais vista, além da forte atração populacional, passou a concentrar investimentos, renda e poder, aumentando, significativamente, sua arrecadação de receitas oriundas de recolhimento de impostos das atividades das indústrias e do comércio da Zona Franca de Manaus.

uma alternativa econômica que emerge diante de uma região afundada em anos de estagnação, surgindo assim novas oportunidades de emprego, renda e o aumento da receita do Estado, o modelo Zona Franca de Manaus representou um paradoxo, pois seu poder de atração também gerou graves implicações sócio-econômicas, sobretudo o crescente inchaço populacional em Manaus provocado pelo êxodo rural.

A concentração urbana, em Manaus, repercute, principalmente na população de baixa renda, pois com o aumento da pobreza e da exclusão social, as pessoas passaram a se concentrar na periferia da cidade, causando a proliferação de favelas e ocupações dos leitos de igarapés, engendrando uma paisagem urbana deprimente e degradada.

Tabela 13 ó População do Estado do Amazonas ó 1960 a 1991

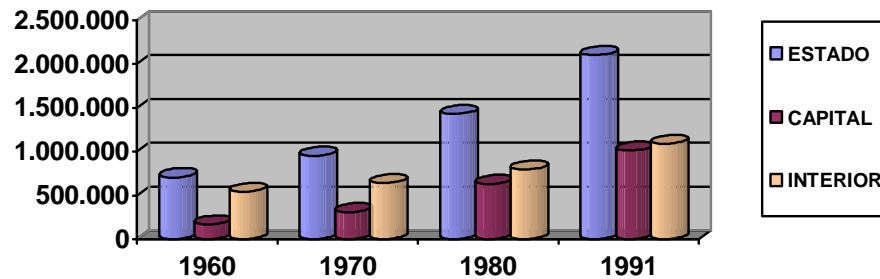
ANO	POPULAÇÃO TOTAL			PARTICIPAÇÃO PERCENTUAL	
	ESTADO	CAPITAL	INTERIOR	MANAUS	INTERIOR
1960	708.459	173.703	541.071	24,5	75,5
1970	955.235	311.622	643.613	32,6	67,4
1980	1.430.089	633.392	796.697	44,4	55,6
1991	2.103.243	1.011.501	1.091.742	48,1	51,9

FONTE: IBGE ó Censo Demográfico

Na década de 70, com a excessiva urbanização verificada em Manaus, a população quase que duplicou, aumentando de 311.622 habitantes em 1970 para 633.392 em 1980, chegando em 1991 com 1.011.501 em 1991 habitantes. (Tabela 13). Dados oficiais indicam que Manaus foi a cidade que mais cresceu entre as 13 cidades brasileiras com mais de 1 milhão de habitantes, com uma taxa de crescimento populacional de mais de 39%.

Figura 14

População do Estado do Amazonas, por situação de domicílio de 1960 a 1991



Fonte: IBGE

Em decorrência das sucessivas tentativas de reestruturar a economia do Amazonas, que ficou precária a partir do declínio da produção gomífera, a cidade de Manaus chegou aos anos 50 em uma situação sócio-econômica extremamente precária. Nessa década quando o Estado do Amazonas apresentava 88.995 pessoas ocupadas em todos os setores de atividades, a capital do Estado possuía apenas 15.199, sendo que 73.796 postos de trabalho estavam distribuídos no interior. (tabela 15)

A queda da mão-de-obra ocupada em Manaus nos anos sessenta decorreu da retração de 34,7% verificada no setor de serviços que declinou de 2.121 pessoas ocupadas, em 1950, para 1386 pessoas em 1960. A situação do desemprego em Manaus nesse período, só não foi mais grave, graças à expansão de 221,9% das ocupações ligadas ao comércio que passaram de 937 pessoas ocupadas em 1950 para 3.016 em 1960. Em menor proporção, as ocupações na indústria que cresceram 15,1%, passando de 3.323 pessoas ocupadas, em 1950, para 3.826 pessoas, em 1960. (IBGE, Censos Econômicos, 1950-1985).

Conforme os dados do IBGE (Tabela 14), a oferta de emprego com a criação da Zona Franca de Manaus foi extraordinário. Em Manaus a ocupação da mão-de-obra se expandiu em todas as atividades econômicas com um crescimento de 153,5% passando de 12.998 em 1960

o, atendia plenamente a demanda da população, porém com o passar do tempo tornou-se insuficiente, causando uma baixa no salário real, e as pessoas sem alternativas contribuíram para a expansão do mercado informal.

Tabela 14 ó Pessoal ocupado nas atividades econômicas em Manaus e no Interior do Estado do Amazonas no período de 1950 a 1985

Unidade de Referência	Anos do Censo					
	1950	1960	1970	1975	1980	1985
Todas	88.995	180.030	313.658	470.088	567.056	666.043
Manaus	15.199	12.998	32.952	54.945	99.190	106.598
Interior	73.796	167.032	280.706	415.143	467.866	559.445
Agricultura	80.705	167.091	283.327	415.437	460.702	545.055
Manaus	8.818	4.770	10.739	11.340	11.270	6.600
Interior	71.887	162.321	272.588	404.097	449.432	538.455
Indústria	4.294	4.671	10.734	23.429	51.536	62.512
Manaus	3.323	3.826	8.608	20.545	47.404	54.445
Interior	971	845	2.126	2.884	4.132	8.067
Comércio	1.570	6.582	15.936	22.492	36.182	36.199
Manaus	937	3.016	10.516	15.408	24.696	26.699
Interior	633	3.566	5.420	7.084	11.486	9.500
Serviços	2.426	1.686	3.661	8.730	18.636	22.277
Manaus	2.121	1.386	3.089	7.652	15.820	18.854
Interior	305	300	572	1.078	2.816	3.423
Outras	8.290	12.939	30.331	54.651	106.354	120.988
Manaus	6.381	8.228	22.213	43.605	87.920	99.998
Interior	1.909	4.711	8.118	11.046	18.434	20.990

FONTE: IBGE ó Censos Econômicos - 1950 a 1985

5. ASPECTOS POPULACIONAIS E SÓCIO-ECONÔMICOS DO ESTADO DO AMAZONAS NA DÉCADA DE 1990.

5.1 Aspectos populacionais

A evolução demográfica do Amazonas nos últimos trinta anos do século XX mostrou uma tendência histórica de altas taxas de crescimento populacional, sendo uma das maiores do Brasil, embora seja a Unidade Federativa com a maior área territorial, com 1.577.820,20 km² e densidade demográfica de 1,80 hab/km², quase 50% de sua população estava concentrada na capital do Estado em 2000, e, mais de um quarto nas cidades do Interior, ficando somente um quarto para povoar a imensidão da sua área rural.

O processo de transição demográfica, iniciado no Brasil a partir da década de 1940 com a queda das taxas de mortalidade, e, posteriormente, no final da década de 1960, com a queda da taxa de fecundidade que se intensificou na década de 1980, também surtiu efeito na dinâmica populacional do Amazonas, mas segundo o IBGE, suas taxas anuais de crescimento populacional permaneceram elevadas quando comparadas ao Brasil e a Região Norte.

O Estado do Amazonas atingiu um total de 2.840.889 habitantes no ano de 2000, segundo os resultados do Censo Demográfico de 2000, com uma taxa de crescimento de

91/2000, sendo que na década anterior, 1980/1991, esse crescimento foi de 3,57%. Com relação à população brasileira, que chegou ao ano de 2000 com 169.799.170 habitantes (Tabela 5 Capítulo III), o Amazonas ocupava a 16ª posição no ranking nacional, concentrando 1,68 % da população total do país.

Ao se analisar por situação de domicílio, percebe-se que o Amazonas na década de 1990 apresentou uma taxa média de crescimento da população de 3,87% ao ano na área urbana, representando um incremento em torno de 605 mil habitantes, revelando uma tendência histórica da continuidade do processo de crescimento urbano no Estado, ou seja, em 1991 a população urbana de 1.502.754 habitantes, representava 71,44% da participação relativa, enquanto que no ano de 2000, esse percentual de participação urbana aumentou para 74,22%. (Tabela 15)

Um aspecto intrigante desses dados é o crescimento da taxa média geométrica de crescimento anual da população na área rural do Estado na última década do século XX, com uma taxa de 2,25% ao ano, enquanto que nas décadas de setenta e oitenta, as taxas eram insignificantes com um percentual de 0,43% e 0,42%, respectivamente. O que se analisa como explicação desse fato foi implantação da política agrícola do Governo do Estado denominado o Terceiro Ciclo, que pode ter incentivado as pessoas sem perspectivas de emprego e renda das áreas urbanas a se dirigirem para as áreas rurais. (Figura 13)

do Amazonas, conforme o lugar de Residência ó 1960 a

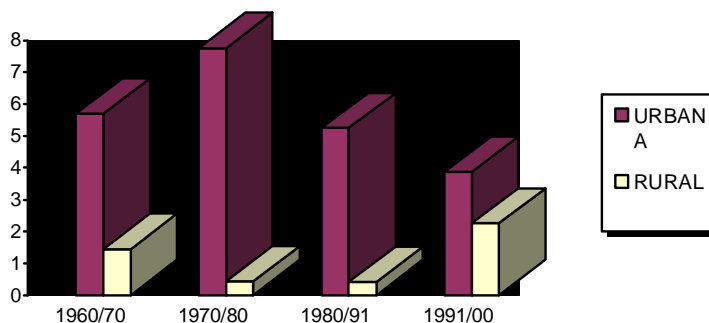
2000.

ANOS	ESTADO			CAPITAL			INTERIOR		
	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL	TOTAL	URBANA	RURAL
Tamanho da população									
1960	708.459	232.917	475.542	173.703	152.432	21.271	541.071	84.222	456.849
1970	955.235	405.831	549.404	311.622	283.685	27.937	643.613	122.146	521.467
1980	1.430.089	856.617	573.472	633.392	611.763	21.629	796.697	244.854	551.843
1991	2.103.243	1.502.754	600.489	1.011.501	1.006.585	4.916	1.091.742	496.169	595.573
2000	2.840.889	2.108.478	732.411	1.403.796	1.394.724	9.072	1.455.645	721.083	734.563
Participação relativa									
1960	100	32,87	66,9	24,3	21,3	3,0	75,7	11,8	63,9
1970	100	42,50	57,5	32,6	29,7	2,9	67,4	12,8	54,6
1980	100	59,90	40,1	44,3	42,8	1,5	55,7	17,1	38,6
1991	100	71,44	28,6	48,1	47,9	0,2	51,9	23,6	28,3
2000	100	74,22	26,0	49,1	48,8	0,3	50,9	25,2	25,7
Incremento líquido no período									
1960/70	240.461	169.177	71.284	137.919	131.253	6.666	102.542	37.294	64.918
1970/80	474.854	450.786	24.068	321.770	328.078	-6.308	153.084	122.708	30.376
1980/91	673.154	646.137	27.017	378.109	394.822	-16.713	295.045	251.315	43.730
1991/00	756.199	605.724	143.146	392.295	388.139	4.153	363.903	224.914	138.990
Taxas geométricas médias anuais de crescimento									
1960/70	3,03	5,71	1,45	6,02	6,41	2,76	1,75	3,79	1,33
1970/80	4,12	7,76	0,43	7,35	7,99	-2,53	2,16	7,2	0,57
1980/91	3,57	5,24	0,42	4,35	4,63	-12,60	2,91	6,63	0,7
1991/00	3,43	3,87	2,25	3,71	3,69	7,04	3,25	4,24	2,36

Fonte: IBGE ó Censos Demográficos de 1960-2000

Figura 15

Taxa Média Geométrica de Crescimento Anual do Estado do Amazonas, por situação de domicílio de 1960 ó 2000



Fonte: IBGE

as geométricas de crescimento anual do Amazonas, Região

Norte e o restante do país, verifica-se que nas décadas de 1960 e 1970, o Brasil apresentava taxas de crescimento estáveis, passando a reduzir continuamente nas duas últimas décadas do século. As taxas de crescimento populacional da Região Norte na década de sessenta com 5,02%, permanecendo o mesmo percentual para a década de setenta, apesar de elevadas em comparação com o Brasil e o Estado do Amazonas, apresentaram redução significativa nas décadas de oitenta e noventa, com 3,85% e 2,90%, respectivamente.

No Amazonas, a taxa de crescimento populacional teve um aumento entre as décadas de sessenta e setenta, com taxas de 3,03% e 4,12%, respectivamente, devido à reestruturação da Zona Franca de Manaus, que causou um movimento migratório intra-estadual e interestadual, que se intensificou nesse período, atraídos por novas oportunidades de emprego e negócios. Apesar do crescimento menor a partir da década de oitenta, as taxas médias de crescimento anual da população do Amazonas nas duas últimas décadas do século XX não representaram um declínio expressivo se comparado à Região Norte e o Brasil. (Tabela 16)

Tabela 16 Taxa média geométrica de crescimento anual da população residente no Brasil, Região Norte e Amazonas ó de 1960 a 2000 (%)

DECADAS	REGIÕES		
	BRASIL	NORTE	AMAZONAS
1960/70	2,48	5,02	3,03
1970/80	2,48	5,02	4,12
1980/91	1,93	3,85	3,57
1991/00	1,63	2,90	3,43

FONTE: IBGE

O município de Manaus, conforme divulgado no Censo Demográfico de 1991, possuía uma população de 1.011.501 habitantes e taxa média geométrica de crescimento anual de

pava a 10ª colocação entre as capitais brasileiras mais populosas. Chegou ao ano de 2000 à 8ª colocação nesse ranking e em 9º lugar entre os municípios brasileiros, com uma população de 1.403.796 habitantes e taxa média anual de crescimento de 3,71%. Com uma extensão territorial de 14.337 km², Manaus possuía em 2000 uma densidade demográfica de 97,92 habitantes por km².

Percebemos que a capital do Estado do Amazonas apresentou uma desaceleração em seu ritmo de crescimento populacional com uma queda significativa da taxa média geométrica de crescimento anual entre os dois últimos períodos intercensitários do século XX, com percentual de redução semelhante ao Brasil. Embora o crescimento relativo de Manaus tenha diminuído a partir de 1980, o crescimento absoluto da população continuou aumentando, a cada período intercensitário, com incremento de 321.770 habitantes na década de setenta, 378.109 e 392.295 habitante nas décadas de oitenta e noventa, respectivamente.

O interior do Estado, tradicionalmente, apresenta taxas de crescimento da população menor que o da capital, além da perda de sua participação relativa, a partir do Censo Demográfico de 1960. No entanto, sua população tem crescido sistematicamente, tanto em termos absolutos como em relativos, como mostram os dados da Tabela 15.

Um outro aspecto importante a ser analisado na dinâmica populacional de uma região, é quanto sua distribuição por grandes grupos etários. A mudança dessa dinâmica implica diretamente a fecundidade devido à formação de uma nova estrutura etária da população. Um outro fator é quanto à mortalidade, que representa também um importante diferencial, assim também como o número de indivíduos inseridos na força de trabalho, que pressupõe uma relação entre estes e os economicamente dependentes. O que significa, portanto, que a estrutura etária de um país se modifica, à medida que ocorrer em mudanças nos componentes que definem o crescimento populacional.

estrutura etária da população se deu no processo de transição demográfica, onde a fecundidade foi o componente da dinâmica populacional que mais influenciou nesse processo, ficando evidente com as sucessivas quedas das taxas de fecundidade, que, em 1970 era de 5,8 filhos por mulher, em 1991 de 2,9, chegando em 2000 com 2,4.

Carvalho (2004), afirma que a fecundidade é a grande definidora da estrutura etária, tendo a mortalidade apenas um papel secundário.

Apesar da queda da taxa de fecundidade ter sido generalizada em todo país, a transição demográfica brasileira não se deu de maneira homogênea, mas em estágios diferenciados entre as unidades da federação. O Amazonas e Região Norte são exemplos típicos desse fato, principalmente no que se refere à redução das taxas de fecundidade, que ocorreram de forma mais lenta e, posteriormente, à do restante do país. Na Região Norte, em 1991, a taxa de fecundidade era de 4,2 filhos por mulher e no Amazonas de 4,5, no ano de 2000, essas taxas correspondiam a 2,4 e 3,4 filhos por mulher, respectivamente (Tabela 18).

Mesmo assim, essa nova dinâmica populacional, já surte efeito na estrutura etária da população do Amazonas, mudando o perfil da distribuição da população por faixa etária. Os dados da Tabela 17, mostram que a participação do jovem na composição etária da população do Amazonas está diminuindo, aumentando assim, o percentual de adultos e idosos. A participação do grupo etário de 0-14 anos para o Amazonas era de 47,20 em 1980, chegando em 2000 com 34,5. O percentual na faixa etária de 15-64 anos aumentou de 50,3 em 1980, para 62,40 em 2000.

do Amazonas e de Manaus por grandes grupos etários

Grupos Etários	Estado do Amazonas			Município de Manaus		
	1980	1991	2000	1980	1991	2000
População por grandes grupos etários						
Total	1.430.089	2.103.243	2.840.889	633.392	1.011.501	1.403.796
0-14 anos	675.002	920.286	986.507	271.789	385.105	419.735
15-64 anos	719.335	1.125.580	1.784.292	346.472	599.957	941.947
65 e mais	35.752	57.377	88.640	15.131	26.439	42.114
Distribuição da população por grandes grupos etários						
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00
0-14 anos	47,2	43,8	38,87	42,9	38,1	29,9
15-64 anos	50,3	53,5	57,88	54,7	59,3	67,1
65 e mais	2,5	2,7	3,25	2,4	2,6	3,0

FONTE: IBGE ó Censos Demográficos de 1980 a 2000

Tabela 18 ó Taxa de fecundidade total por situação de domicílio, Brasil, Região Norte e Estado do Amazonas ó 1991 a 2000

REGIÃO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO	TOTAL		URBANA		RURAL	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
BRASIL	2,9	2,4	2,5	2,2	4,4	3,5
REGIÃO NORTE	4,2	3,2	3,4	2,7	5,5	4,6
AMAZONAS	4,5	3,4	3,8	2,9	7,0	5,8

Fonte: IBGE ó Censo Demográfico de 2000

5.2 Situação sócio-econômica do Estado do Amazonas na década de 1990

A década de 1990 representou um marco para mudanças sócio-econômicas no Estado do Amazonas, que, de um modo geral, apresentou melhoras significativas em seus principais indicadores. Mesmo assim, quando se compara com os dados do Brasil, essas melhoras se apresentam de forma diferenciada e lenta, indicando que ainda existem grandes disparidades sócio-econômicas entre as regiões do país. Além disso, apesar do aumento na oferta de serviços públicos no Amazonas na última década do século XX, ainda não foi suficiente para atender à demanda da população.

A educação no Amazonas, conforme os dados do IBGE, apresentou melhoras na década de 1990 e o ensino público fundamental, que se expandiu em todos os estados da Região Norte, acompanhando uma tendência brasileira, foi representativo para a queda da taxa de analfabetismo e analfabetismo funcional⁶, embora tenha ocorrido de forma mais lenta que a média brasileira. Com isso, houve uma razoável melhora no ensino público, aumentou o número de alunos matriculados na rede pública de ensino em todos os níveis, assim também como a média de anos de estudos da população do Estado do Amazonas.

No Brasil, entre 1991 e 2000, a queda da taxa de analfabetismo na faixa etária de 7 a 14 anos foi de 50,70%, na Região Norte de 44,05% e no Estado do Amazonas de 39,88%. A faixa etária de 15 anos ou mais, para as três unidades administrativas foi de 52,94%, 34,73% e 36,57%, respectivamente.

O percentual de analfabetos funcionais, também diminuiu nos anos de 1990. No Brasil, as pessoas de 7 a 14 anos e que viviam nessa condição, o declínio foi de 29,60%, na Região Norte e Amazonas, a queda foi de 20,42% e 16,09%, respectivamente.

5.2.2 Saúde

A formação do profissional de saúde é um indicador importante para um atendimento público melhor e de qualidade. Os dados da PNUD, no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, revelaram que a Região Norte apresentou um aumento significativo de enfermeiros com nível superior, na década de 1990, acima da média brasileira. Já no Amazonas, esse percentual foi o menor entre os estados da Região Norte. No Brasil, o aumento no número de

⁶Pessoas com menos de 4 anos de estudos

Estado do Amazonas 12,67%.

Nos dados do número de médicos residentes por mil habitantes, a taxa de crescimento no Estado do Amazonas, no período, foi bem melhor que a média brasileira e da Região Norte, só perdendo para o Acre e Rondônia, ou seja, essa taxa de crescimento do número de médicos para o Amazonas foi de 34,09%, contra 13,73% do Brasil.

Um outro indicador importante e que também é um dos reflexos da melhora da saúde pública, são as taxas de longevidade e mortalidade. Os dados da Tabela 20 mostram que a taxa de mortalidade infantil, para os dois grupos etários, declinou no Brasil, na década de 1990, assim também como na Região Norte e no Amazonas. A redução da taxa de mortalidade de crianças com menos de 1 ano de vida no Amazonas de 24,64% foi menor que a média de todos os Estados da Região Norte e do Brasil. Já a queda da taxa de mortalidade de crianças com até 5 anos de vida foi mais significativa com 34,23%, maior que o declínio no Brasil, com 33,89% e menor que da Região Norte que teve queda de 38,53%. A esperança de vida ao nascer também aumentou na década, sendo que a taxa de crescimento foi mais acentuada na Região Norte, com 6,60%, contra 6,10% no Brasil e 4,46% no Estado do Amazonas. (Tabela 19)

Tabela 19 ó Indicadores de longevidade e mortalidade ó Brasil, Região Norte e Estado do Amazonas 1991 ó 2000

Unidade Geográfica	Esperança de vida Ao nascer			Mortalidade de crianças até 1 ano de idade			Mortalidade de crianças de até 5 anos de idade		
	1991	2000	taxa de crescim	1991	2000	taxa de crescim	1991	2000	taxa de crescim
Brasil	64,73	68,68	6,1	44,68	30,57	-31,58	59,48	39,32	-33,89
Norte	63,2	67,37	6,6	51,19	34,68	-32,25	68,29	41,98	-38,53
Amazonas	63,67	66,51	4,46	50,36	37,95	-24,64	78,01	51,31	-34,23

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil

O nível de renda no Brasil e sua distribuição, ainda representam o grande gargalo da economia do país e um dos fatores que emperram o desenvolvimento econômico. Durante a década de 1990 registrou-se uma pequena melhora nos níveis de distribuição de renda, tanto no Brasil quanto na Região Norte. No Amazonas apesar de importantes melhoras em alguns serviços públicos básicos, o nível de renda da população ainda é muito baixo e desigual.

Segundo o IBGE, a renda média mensal por pessoa responsável pelo domicílio do Brasil na década de 1990 aumentou 11%, na Região Norte esse aumento foi de 7,9%, mas no Estado do Amazonas, em vez de aumentar, diminuiu 2,9%, ou seja, teve o pior desempenho de rendimento médio entre os estados da Região Norte.

Quando se analisa o percentual de chefes de domicílio por classe de rendimentos em salários mínimos, verifica-se claramente a posição desfavorável do Amazonas entre os estados da Região Norte e Brasil. Em 1991, o percentual de chefes de famílias que pertenciam ao grupo dos que não tinham rendimentos, era de 10,80%, representando o segundo maior percentual da região, só perdendo para o Estado de Roraima que era de 17,8%. No ano de 2000, esse percentual aumentou para 17,5%, que, apesar de ter representado uma variação menor com relação ao Brasil e a Região Norte, em torno de 62%, o percentual de chefes de famílias sem rendimentos no Amazonas era o maior entre os estados da Região Norte e do Brasil.

No Amazonas, o Coeficiente de Concentração de Gini, índice de medida mais frequentemente utilizada para medir o nível de concentração de renda, diminuiu apenas 1,6% na década de 1990, ou seja, em 1991 era de 0,621 e em 2000, diminuiu 0,611. O nível de concentração de renda no Amazonas em 2000 foi o segundo maior entre os estados da Região Norte, só perdendo para o Estado do Tocantins.

O nível de desemprego, nas duas últimas décadas do século XXI, constituiu-se uma das maiores preocupações sociais dos brasileiros. Os anos noventa foram marcados pelo crescimento generalizado do desemprego e pela precarização do emprego em todo Brasil. Os dados do IBGE, no Censo Demográfico de 2000, revelaram que durante a década de 1990, o percentual de desempregados da população economicamente ativa no Amazonas, aumentou quase 5 vezes, passando de 3,75% em 1990 para 18,66% em 1999. (Tabela 20)

As relações de trabalho também se mostraram precárias durante o período intercensitário 1991-2000 no Brasil, mas na Região Norte e no Estado do Amazonas, a situação era ainda mais grave. No Brasil, em 1991, o percentual de trabalhadores com carteira assinada era de 62,8%, e em 2000 essa participação diminuiu para 59,8%. No Amazonas, que tinha um percentual de 61,5% de pessoas com carteira assinada em 1991, diminuiu para 51,2% em 2000, já as pessoas que não possuíam carteira assinada, variou de 130.058 trabalhadores, em 1991, para 195.926 em 2000, representando uma taxa de crescimento, na década, de 50,6%.

Tabela 20 ó Taxa de Desemprego, de 1990 a 1999, no Amazonas segundo o sexo

Sexo	Anos							
	1990	1992	1993	1995	1996	1997	1998	1999
Homens	2,65	5,08	6,29	5,19	4,71	7,00	8,81	8,6
Mulheres	1,10	5,87	8,72	5,51	5,79	7,57	9,34	10,6
Total	3,75	10,96	15,01	10,7	10,5	14,57	18,15	18,66

Fonte: IBGE, PNAD/AM

Nota: Excluíve a população rural

neamento básico

Nos anos de 1990, as condições de moradia da população do Estado do Amazonas, no que se refere ao número de habitantes por domicílio, eram proporcionalmente mais graves do que a média brasileira. Os dados do Atlas de Desenvolvimento Humano do Brasil revelaram que o país, em 1991, tinha um percentual de 26,46% habitantes que vivia em domicílios com densidade superior a duas pessoas por cômodos, enquanto que em 2000, diminuiu para 21,05%, com uma redução de 20,45% na década. No Amazonas o percentual de pessoas que viviam nessas condições em 1991 e 2000, era de 62,82% e 55,25%, respectivamente, com melhoria bem inferior ao da realidade brasileira em 12,05%.

Relacionados a essa questão da situação de moradia da população, estão também as implicações ambientais causadas pela expansão da ocupação dos leitos dos igarapés, principalmente em Manaus. Segundo Scherer (2004), o segmento mais pobre da população de Manaus foi empurrado para as margens dos igarapés e para as periferias com precárias condições ambientais. Historicamente, sobretudo no período da borracha, os igarapés da cidade de Manaus já serviam como depósitos de esgotos domésticos, sendo que a situação se agravou com o crescimento do Pólo Industrial de Manaus, onde as empresas passaram a expelir produtos químicos, além da ação antrópica decorrente do crescimento da ocupação humana nas margens dos igarapés e adjacências. A grande demanda por energia elétrica precisou de alternativas que geraram grandes prejuízos ambientais como a construção da Hidrelétrica de Balbina, comprometendo, principalmente, as áreas adjacentes ao rio Uatumã, sendo danosos à fauna, à flora e as populações indígenas que ocupavam a região.

outras cidades brasileiras, Manaus é composta por inúmeros bairros sem infra-estrutura de bens coletivos e áreas ambientalmente degradadas. Somente nos anos de 2002 e 2003, foram contabilizadas mais de 100 ocupações no perímetro urbano de Manaus. SETHAB (2004 apud SCHERER, 2004).

Em decorrência da problemática de altas taxas de densidade domiciliar, a oferta de serviços de fornecimento de água encanada, coleta de lixo e energia elétrica, que são básicos para o bem estar da população, também ficaram comprometidas e com precárias condições de funcionamento. A Tabela 21 mostra que a média brasileira de pessoas com acesso aos serviços de abastecimento de água encanada era de 71,52% em 1991, chegando em 2000 com 80,75%. Os serviços de coleta de lixo e energia elétrica também apresentaram melhoras no Brasil, com uma variação de 17,08% e 10,13%, respectivamente.

No Amazonas, desses três serviços básicos para a população, a coleta de lixo teve uma melhora significativa quando se compara à média brasileira, com uma variação de 30,36%, os serviços de energia elétrica melhoraram 12,04%, um pouco melhor do que o resto do país. Já os serviços de água encanada tiveram o pior desempenho, com uma variação de apenas 4,84% (Tabela 21).

Tabela 21 ó Pessoas que vivem em domicílios com acesso aos serviços básicos ó Brasil e Estado do Amazonas 1991 - 2000

Unidade Administrativa	Água encanada			Coleta de lixo			Energia Elétrica		
	1991	2000	Variação	1991	2000	variação	1991	2000	Variação
Brasil	71,52	80,75	12,91	77,86	91,16	17,08	84,88	93,48	10,13
Amazonas	50,39	52,83	4,84	60,02	78,24	30,36	73,09	82,19	12,4

Fonte: PNUD ó Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil

6. ANÁLISE DA RELAÇÃO ENTRE O CRESCIMENTO POPULACIONAL, EDUCAÇÃO E RENDA NO ESTADO DO AMAZONAS E CIDADE DE MANAUS NO ANO DE 2000

O processo de Transição Demográfica, iniciado a partir da década de 1940, com a queda das taxas de mortalidade e posteriormente as de fecundidade ocasionou a queda das taxas de crescimento da população brasileira, mudando a dinâmica demográfica do país. A Região Norte e o Estado do Amazonas também sofreram influência desse fenômeno demográfico, principalmente a cidade de Manaus que passou a ter taxas de fecundidade semelhantes as do Brasil.

Os dados do IBGE, divulgados no Censo Demográfico de 2000, revelaram que, apesar dessas mudanças na dinâmica populacional brasileira, a Região Norte ainda apresenta algumas peculiaridades, sobretudo no Amazonas, com relação ao fato de que nessa redução do crescimento populacional, a componente fecundidade, apresentava queda, mas em menor velocidade entre as classes sociais menos favorecidas, prevalecendo ainda, no final do século XX, famílias numerosas, pertencentes, principalmente, entre os grupos residentes na área rural, entre aquelas pessoas menos escolarizadas e com rendimentos baixos.

capítulo pretende analisar a correlação entre o crescimento populacional, educação e renda, no Estado do Amazonas, no universo de mães menores de 30 anos de filhos tidos nascidos vivos no ano de 2000, conforme o Censo Demográfico de 2000.

6.1. Crescimento populacional e educação

A queda do ritmo de crescimento populacional que se configurou no Brasil, nas duas últimas décadas do século XX, foi influenciada, principalmente, pela redução da taxa de fecundidade iniciada no processo de transição demográfica, além de outros aspectos que se seguiram a esse processo, como a adoção de métodos anticoncepcionais, esterilização feminina, entrada da mulher no mercado de trabalho e a educação.

Dentre os aspectos associados à redução do tamanho da família, a educação exerce forte influência no comportamento das mulheres, porquanto, os dados mostrarem que os níveis de fecundidade ainda são elevados entre as mulheres pertencentes ao grupo de escolaridade extremamente baixa. A educação tem sido, portanto, uma das principais variáveis sócio-econômicas que exercem impactos positivos à sociedade, pois pessoas escolarizadas tendem a ter maiores rendimentos e um melhor padrão de vida.

Analisando o número de filhos no universo de mães menores de 30 anos em 2000 no Amazonas, e fazendo uma comparação com o Brasil, as peculiaridades regionais, quanto ao comportamento da fecundidade, ficam mais evidentes. Os dados do Censo Demográfico de 2000, mostram que no Brasil, 46% das mães, no ano de 2000, tinham 1 filho, reduzindo pela metade o número das que tinham 2 filhos, caindo continuamente a quantidade de mulheres, à medida que aumenta o número de filhos, tendo um pequeno acréscimo das que tinham mais de 5 filhos, em torno de 5%.

30 anos por números de filhos tidos nascidos vivos em 2000 o Brasil, Região Norte, Amazonas e por situação de domicílio

Unidade Administrativa	Número de filhos					
	1	2	3	4	5	mais de 5
Brasil	46	28	13	5	2	5
Região Norte	19	22	17	11	7	23
Amazonas	20	21	16	11	8	24
Manaus	24	25	18	10	6	16
Interior	15	16	14	13	9	34
Am-Rral	12	15	14	14	10	36
Am-Urbano	22	22	17	11	7	21

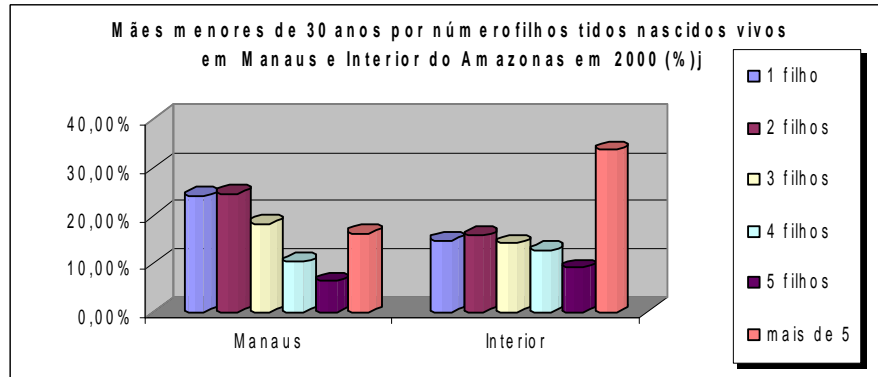
Fonte: IBGE

Figura 16



Fonte: IBGE

Figura 17



Fonte: IBGE

idade de mulheres que tinham 1 filho é bem menor se comparada ao Brasil, mas aumenta o número de mulheres no grupo das que tinham a partir de 2 filhos, com dados semelhantes para o Amazonas.

No Amazonas o percentual de mulheres que tinham 1 e 2 filhos era de 20% e 21%, respectivamente, e as mães com mais de 5 filhos, apresentou um percentual significativo de 24%, isto revela a existência de um grande grupo de pessoas pertencentes a famílias numerosas. Em Manaus percebe-se uma forte tendência à redução do número de filhos por mulher, configurando-se assim, uma realidade proporcionalmente parecida com o Brasil, aumentando aos poucos o peso do número de mães nos grupos das que tinham 1 e 2 filhos, com 24% e 25%, diminuindo continuamente nos grupos de números de filhos superiores, apesar de que no Brasil, o percentual de mães que tinham apenas 1 filho representava quase que o dobro das mulheres de Manaus. (Tabela 22, figuras 16 e 17)

O interior e a área rural do Amazonas apresentam dados diferenciados aos da capital e da área urbana do Estado. Estes dados mostraram que, nas áreas periféricas e menos desenvolvidas, o nível de fecundidade é bem maior. No interior do Amazonas, no universo de 56.493 mães, 34% tinham mais de 5 filhos, enquanto que na capital esse percentual era de 16,58%, num universo de 209.330 mulheres. (Tabela 22, Figuras 17).

As áreas urbana e rural também se revelaram díspares entre as mães com mais de 5 filhos, num percentual de 20,98% e 35,86%, respectivamente, mostrando a tendência de um número maior de mulheres urbanas no grupo daquelas que possuem até 3 filhos. Este fato evidencia que evidencia a forte influência da realidade sócio-econômica dessas mulheres sobre a decisão de se terem filhos.

Os dados sobre a educação das mães com esse perfil mostram a existência de grandes disparidades entre o nível de escolaridade das mães do Amazonas e do restante do Brasil. Os dados apresentados no Capítulo quatro deste trabalho mostraram que a educação no

a década de 1990, o ensino público se expandiu, as taxas de analfabetismo caíram, sobretudo o analfabetismo funcional, assim também como a quantidade de anos de estudos da população aumentou. Mas por sua condição de subdesenvolvimento, o Estado do Amazonas apresenta sérios problemas sociais, principalmente nas áreas rurais e grande parte do interior do Estado, onde a população ainda se encontra carente dos serviços públicos essenciais.

Os dados do Censo Demográfico de 2000 mostraram que as mães menores de 30 anos da cidade de Manaus possuíam níveis de escolaridade semelhantes às do Brasil em 2000, e, em alguns aspectos, até melhores. No Brasil, o percentual de mães sem instrução ou com menos de 1 ano de estudos era de 7%, em Manaus 8% e 19% no Amazonas. O Brasil superou também no percentual de mães que possuíam de 4 a 7 anos de estudos, representando 39%, enquanto que o Amazonas e Manaus era de 31% e 34%, respectivamente. Já as mães que possuíam 11 anos e mais de estudos, ou seja, aquelas que concluíram o Ensino Médio ao que já haviam ingressado no Ensino Superior, Manaus liderou com 29%, contra 19% no Brasil e 20% no Estado do Amazonas.

No interior e na área rural do Amazonas, cujas taxas de fecundidade são mais elevadas, o nível de escolaridade é bem inferior, com um percentual insignificante das mães que tinham mais de oito anos de estudos. No Interior, 32% de mães viviam sem instrução ou com menos de 1 ano de estudos, e um percentual de 22% das que viviam em situação de analfabetismo funcional. Já as que pertenciam ao nível de escolaridade mais avançada, ou seja, com 11 anos e mais de estudos, era de apenas 10,41%.

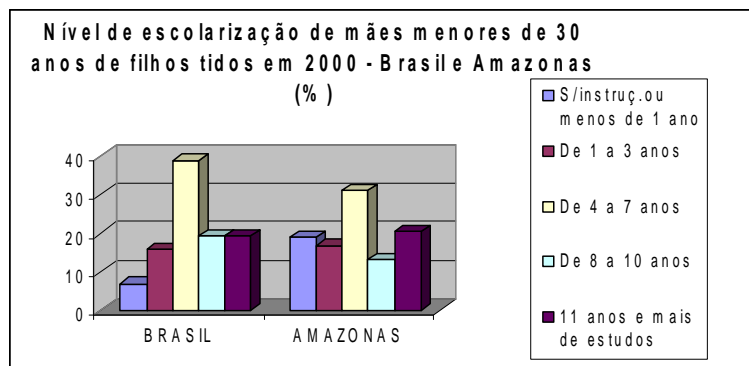
Na área rural, o grau de mães sem instrução era ainda mais acentuado, representando 44% e 26% viviam em situação de analfabetismo funcional. As mães que pertenciam ao outro extremo de escolaridade representavam um percentual de apenas 3%.

9) anos de filhos tidos nascidos vivos, por grupos de anos de estudos em 2000 o Brasil, Amazonas e por situação de domicílio (%)

Anos de estudos	Unidade Administrativa					
	Brasil	Amazonas	Manaus	Interior	Urbano-AM	Rural-AM
S/instruç.ou menos de 1 ano	6,86	18,88	8,18	32,20	12,47	43,78
De 1 a 3 anos	15,71	16,75	12,49	22,03	14,22	26,52
De 4 a 7 anos	38,94	30,96	33,69	27,56	32,9	23,41
De 8 a 10 anos	19,15	13,08	17,33	7,80	15,58	3,41
11 anos e mais de estudos	19,34	20,33	28,31	10,41	24,83	2,88

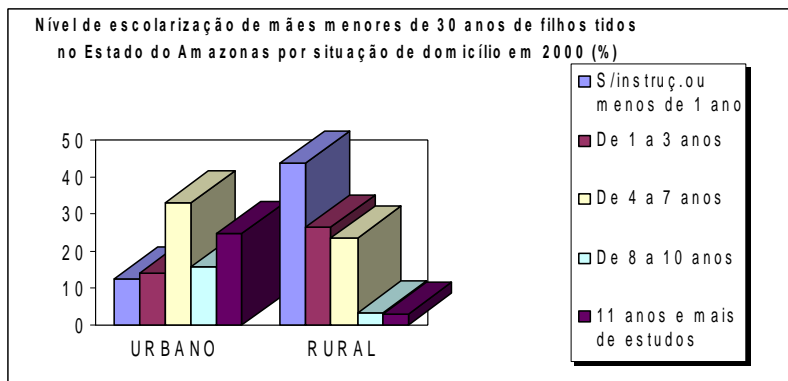
Fonte: IBGE ó Censo Demográfico de 2000

Figura 18



Fonte: IBGE

Figura 19



Fonte: IBGE

Cruzando os dados do grau de escolaridade dessas mães por número de filhos tidos, conforme citados acima, constatamos um percentual elevado de mulheres sem instrução e que

com maior número de filhos. Revelamos, assim, que o crescimento populacional está negativamente correlacionado com a educação, sobretudo no componente fecundidade, pois à medida que aumenta o número de filhos por mulher, menor é o seu nível de escolaridade.

Analisando os extremos da tabela 24, referente aos dados do Estado do Amazonas, percebemos a diferença no nível de educação entre as mulheres que tinham 1 e aquela com mais de 5 filhos. As mães pertencentes ao grupo das sem instrução, 6,85% tinham apenas 1 filho, enquanto que 51,11% tinham mais de 5 filhos. No outro extremo de escolaridade, nesse mesmo universo, 31,53% das mulheres com 11 anos e mais de estudos tinham 1 filho, enquanto que somente 6,09% desse grupo tinham mais de 5 filhos.

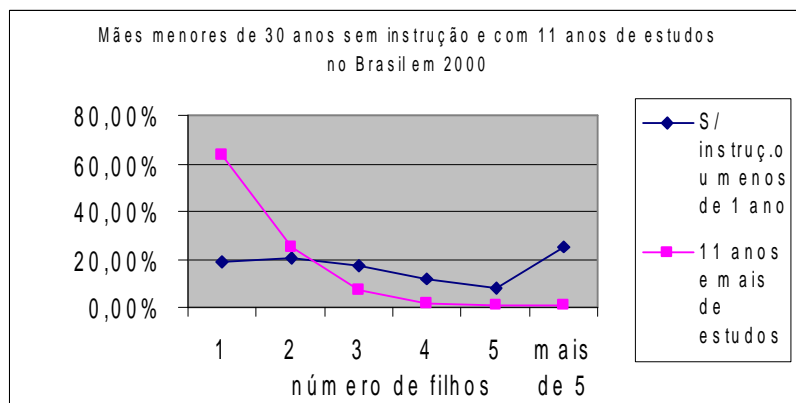
No Brasil, 18,86% das mães sem instrução tinham 1 filho, enquanto que 24,95% tinham mais de 5 filhos, e, no outro extremo de escolaridade, esse percentual correspondia a 63,70% e 1,02%, respectivamente.

Tabela 24 ó Filhos tidos nascidos vivos por anos de estudos de mães menores de 30 anos no Estado do Amazonas em 2000 (%)

Anos de Estudos Agrupados	Total de filhos tidos nascidos vivos						
	1	2	3	4	5	mais de 5	Total
S/instruç.ou men de 1 ano	6,85%	10,12%	10,11%	11,33%	10,49%	51,11%	100%
De 1 a 3 anos	12,03%	13,24%	13,93%	13,94%	9,76%	37,10%	100%
De 4 a 7 anos	20,46%	20,89%	18,70%	13,40%	8,00%	18,56%	100%
De 8 a 10 anos	29,55%	26,96%	19,33%	9,60%	5,50%	9,07%	100%
11 anos e mais de estudos	31,53%	32,07%	19,00%	7,74%	3,56%	6,09%	100%
Total	19,92%	20,64%	16,42%	11,45%	7,54%	24,03%	100%

Fonte: IBGE ó Censo Demográfico de 2000

Figura 20



Fonte: IBGE

Figura 21



Fonte: IBGE

6.2. Educação e Renda

As constatações e evidências da importância da educação no processo de desenvolvimento são inegáveis. Diante do arcabouço teórico e dos estudos de especialistas brasileiros pertinentes ao assunto, tratados neste trabalho, revelamos assim, a influência do capital humano para a promoção da melhoria de qualidade de vida da população.

teoria dos benefícios obtidos como consequência dos investimentos em educação. Estes investimentos podem ser de natureza pessoal, através de melhores oportunidades de empregos com maiores salários e rendimentos, e também se estendem à sociedade, à medida que os membros educados da força de trabalho aumentem e melhorem, futuramente, a produção de bens e serviços para a população. Na Região Norte, a relação dos rendimentos no universo das mães menores de 30 anos por grupos de anos de estudos em 2000, segue a mesma tendência brasileira, mostrando uma relação positiva entre a educação e o crescimento da renda per capita, salvo algumas peculiaridades regionais ligadas às disparidades sócio-econômicas existentes quando se compara à realidade brasileira.

Tabela 25 ó Renda por anos de estudos de mães menores de 30 anos de filhos tidos nascidos vivos do Estado Amazonas em 2000 (%)

Anos de Estudos	Sem renda	Até 1 sm	mais de 1 sm a 2 sm	Mais de 2 sm a 3 sm	Mais de 3 sm a 5m	mais de 5 sm A 10 sm	mais de 10 sm a 20 sm	mais de 20 sm	Total
Sem instrução	59,34%	9,38%	27,68%	2,22%	0,88%	0,37%	0,04%	0,09%	100%
De 1 a 3 anos	61,69%	10,47%	22,40%	2,73%	1,82%	0,66%	0,15%	0,08%	100%
De 4 a 7 anos	62,18%	9,53%	20,69%	3,74%	2,31%	1,12%	0,31%	0,11%	100%
De 8 a 10 anos	54,44%	7,37%	22,76%	6,53%	4,99%	2,72%	0,86%	0,34%	100%
11 anos e mais	33,73%	4,00%	17,86%	11,42%	11,62%	13,33%	5,36%	2,69%	100%
Total	54,76%	8,25%	21,99%	5,21%	4,20%	3,59%	1,33%	0,66%	100%

Fonte: IBGE ó Censo Demográfico de 2000

Tabela 26 ó Renda por anos de estudos de mães menores de 30 anos de filhos tidos nascidos vivos em Manaus em 2000 (%)

Anos de Estudos	Sem renda	Até 1 sm	mais de 1 sm a 2 sm	Mais de 2 sm a 3 sm	Mais de 3 sm a 5m	Mais de 5 sm A 10 sm	mais de 10 sm a 20 sm	mais de 20 sm	Total
Sem instrução	44,31%	8,98%	38,81%	4,24%	2,39%	1,02%	0,14%	0,11%	100%
De 1 a 3 anos	52,29%	10,02%	28,08%	4,73%	3,39%	1,09%	0,24%	0,16%	100%
De 4 a 7 anos	57,72%	8,37%	24,11%	4,82%	3,09%	1,41%	0,34%	0,14%	100%
De 8 a 10 anos	52,36%	6,74%	23,65%	7,08%	5,65%	3,00%	1,08%	0,43%	100%
11 anos e mais	33,78%	3,29%	16,01%	10,44%	12,26%	14,60%	6,25%	3,35%	100%
Total	48,24%	6,91%	23,44%	6,74%	6,11%	5,35%	2,11%	1,10%	100%

Fonte: IBGE ó Censo Demográfico de 2000

gião observado nesses dados, é que, analisando o nível de rendimentos das mães menores de 30 anos por grupos de anos de estudos no Amazonas, sobretudo na cidade de Manaus, verificamos que ainda existe um percentual significativo de rendimentos no grupo de mulheres sem escolarização quando se compara à realidade brasileira no ano de 2000. Podemos presumir que o mercado de trabalho na Região ainda não seja tão exigente quanto o do restante do país. No Brasil, das mães sem instrução ou com menos de 1 ano de estudos, 67,06% não possuíam rendimentos, 12,78% ganhavam até 1 salário mínimo e 17,77% ganhavam de 1 até 2 salários. A partir desse patamar se tornou residual o percentual de mulheres pertencentes a esse grupo que conseguiam ganhar mais de 2 salários mínimos, sendo notória a redução significativa dos postos de trabalho ou de outra oportunidade de rendimentos para quem não possuía qualificação. (Figura 10)

Nos dados da capital do Estado, ilustrados na Figura 29 e Tabela 26, constatou-se esse diferencial de oportunidades de rendimentos, onde o percentual de mulheres sem escolarização ou com menos de 1 ano de estudos e que não possuíam renda era de 44,31% contra 67% no Brasil, sendo que para aquelas que ganhavam até 1 salário mínimo o percentual era de 8,98%, e as que ganhavam até 2 salários era de 38,81%, dados bem semelhantes à realidade da população residente na área urbana de todo o Estado do Amazonas.

Tabela 27 - Renda por anos de estudos de mães menores de 30 anos de filhos tidos nascidos vivos do Interior do Estado do Amazonas em 2000 (%)

Anos de Estudos	Sem Renda	Até 1 sm	Mais de 1 sm a 2 sm	Mais de 2 sm a 3 sm	Mais de 3 sm a 5m	mais de 5 sm a 10 sm	mais de 10 sm a 20 sm	mais de 20 sm	Total
Sem instrução	64,10%	9,51%	24,16%	1,58%	0,40%	0,16%	0,01%	0,08%	100%
De 1 a 3 anos	68,33%	10,78%	18,40%	1,32%	0,72%	0,35%	0,08%	0,03%	100%
De 4 a 7 anos	68,97%	11,29%	15,49%	2,10%	1,13%	0,68%	0,27%	0,08%	100%
De 8 a 10 anos	60,16%	9,11%	20,28%	5,01%	3,15%	1,93%	0,28%	0,08%	100%
11 anos e mais	33,54%	6,39%	24,09%	14,76%	9,42%	9,00%	2,35%	0,44%	100%
Total	62,88%	9,92%	20,19%	3,31%	1,82%	1,40%	0,36%	0,11%	100%

Fonte: IBGE ó Censo Demográfico de 2000

Salários das mães menores de 30 anos de filhos tidos nascidos vivos na área rural do Estado do Amazonas em 2000 (%)

Anos de Estudos	Sem Renda	Até 1 sm	Mais de 1 sm a 2 sm	Mais de 2 sm a 3 sm	Mais de 3 sm a 5m	mais de 5 sm a 10 sm	mais de 10 sm a 20 sm	mais de 20 sm	Total
Sem instrução	75,21%	7,75%	15,79%	1,07%	0,17%	0,00%	0,00%	0,02%	100%
De 1 a 3 anos	79,42%	7,80%	11,39%	0,55%	0,53%	0,31%	0,00%	0,00%	100%
De 4 a 7 anos	79,59%	8,34%	10,26%	1,08%	0,35%	0,24%	0,14%	0,00%	100%
De 8 a 10 anos	64,97%	5,76%	23,52%	3,11%	2,36%	0,28%	0,00%	0,00%	100%
11 anos e mais	55,13%	5,88%	22,20%	7,50%	5,71%	3,16%	0,43%	0,00%	100%
Total	76,43%	7,78%	13,77%	1,19%	0,54%	0,24%	0,04%	0,01%	100%

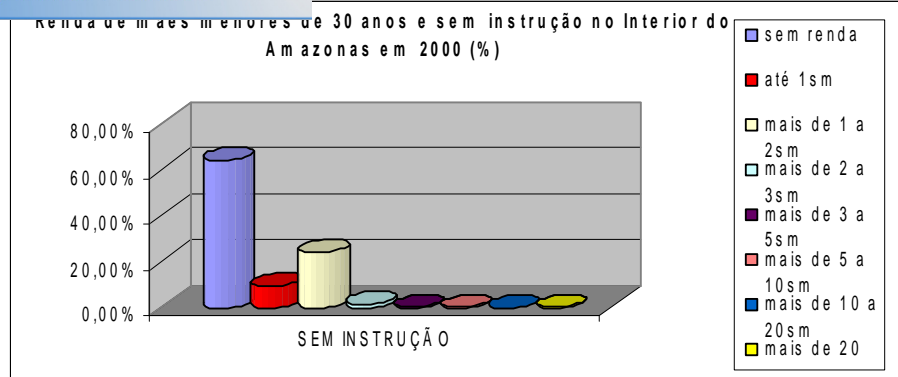
Fonte: IBGE ó Censo Demográfico de 2000

No grupo das mães que possuíam 11 anos de estudos e mais na cidade de Manaus, os dados revelaram melhores rendimentos, principalmente para as mulheres que ganhavam de 5 a 10 salários mínimos, representando 14,60%, havendo também um percentual significativo entre aquelas com rendimento maior que 20 salários mínimos, correspondendo a 3,35% de mulheres nesse grupo, contra 0,86% no Brasil. Os dados revelam, portanto, que Manaus, no ano 2000, ainda gerava oportunidades de renda tanto para a classe escolarizada através do pagamento de melhores salários nas diversas classes de renda, como para quem pertencia ao grupo de pessoas sem instrução, onde 38,81% dessas mulheres chegavam a ganhar até 2 salários contra 27,68% no Amazonas e 17,77% no Brasil.

O interior e a área rural do Estado do Amazonas tiveram um aumento considerável de mulheres sem instrução e que não possuíam rendimentos, correspondendo em torno de 64% e 75%, respectivamente. Percebeu-se que as mães com mais de 11 anos de estudos e que moravam no interior tiveram maior acesso a rendimentos em todas as classes de salários. Já na área rural do Estado o grau de escolaridade dessas mães menores de 30 anos teve pouca influência para que tivessem acesso a melhores salários, com uma pequena diferença de percentual das que não possuíam renda entre os dois extremos de escolarização, revelando a carência de emprego e renda nessas localidades. (Tabelas 27 e 28)

Click Here to upgrade to Unlimited Pages and Expanded Features

Figura 22



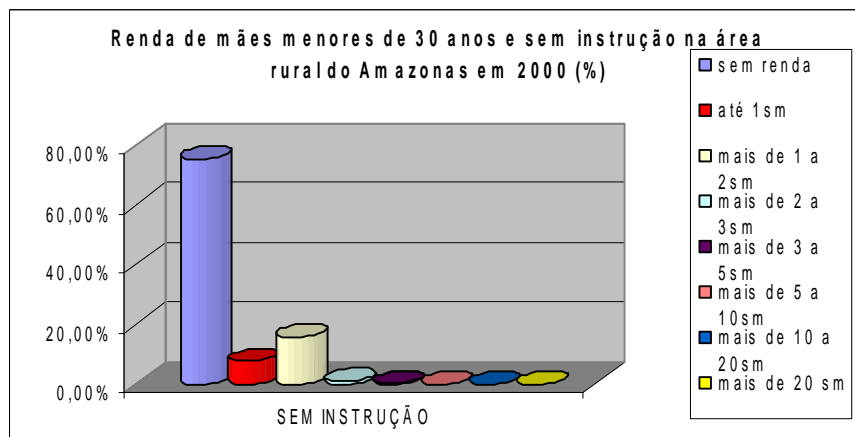
Fonte: IBGE

Figura 23



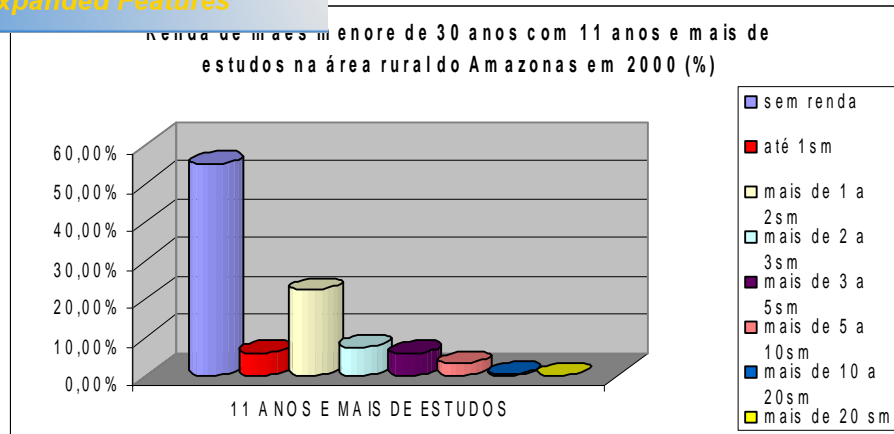
Fonte: IBGE

Figura 24



Fonte: IBGE

Figura 25



Fonte: IBGE

6.3 Crescimento Populacional e renda

Os dados analisados nas seções anteriores deste capítulo permitiram constatar que o crescimento populacional, sobretudo no que se refere ao tamanho da família, está negativamente correlacionado com a educação, e, conseqüentemente, com a renda per capita. No Amazonas, acompanhando a tendência brasileira, o universo de mulheres que possuíam regime de fecundidade de 5 filhos ou mais, se concentravam no grupo daquelas com menores condições sócio-econômicas, residentes principalmente, nas áreas menos desenvolvidas do Estado, como parte do interior a na área rural.

Avaliando que a mulher brasileira está mais cuidadosa quanto à decisão de ter filhos, considerando que a metade delas no universo estudado, tinha apenas 1 filho em 2000, ficando a outra metade distribuída entre os outros grupos de número de filhos, percebemos que a queda das taxas de fecundidade já havia atingido até a classe de renda mais baixa, ou seja, o comportamento da fecundidade está mais sensível às condições de rendimento da mulher brasileira, onde 44,19% dessas mães sem rendimentos tinham 1 filho, enquanto que somente 3,84% desse grupo tinham mais de 5 filhos.

cedente, um percentual maior de mulheres que tinham até 3 filhos pertenciam ao grupo daquelas com maior nível de rendimentos. Isso fica evidente, ao compararmos as mães sem rendimentos com aquelas que ganhavam de 1 a 2 salários mínimos. No grupo das mães que tinham 1 filho, 44,19% viviam sem rendimentos, enquanto que 48,20% ganham de 1 a 2 salários mínimos, e para as que tinham 2 e 3 filhos nesses mesmos grupos de rendimentos, era de 29,47% /25,8% e 14,27%/11,44%, respectivamente.(Tabela 29)

Os dados da Tabela 30, apesar de acompanharem a marcha da tendência brasileira mostram que, no Amazonas, os diferenciais de fecundidade ainda estão presentes, pois enquanto o percentual de mães brasileiras já começa a reduzir a partir do segundo filho, o percentual de mães amazonenses só diminui a partir do quarto filho. Os diferenciais de classes de rendimentos também não interferem muito até o terceiro filho nesse universo de mães do Amazonas. O agravante disso é o fato da existência de um percentual significativo de mães amazonenses pertencentes ao grupo das que não possuíam rendimentos e que tinham mais de 5 filhos, correspondendo a 21,35%, contra 3,84% no Brasil.

Tabela 29 ó Renda de mães menores de 30 anos por número de filhos tidos nascidos vivos no Brasil em 2000 (%)

Renda em Salário Mínimo	Total de filhos tidos nascidos vivos						Total
	1	2	3	4	5	mais de 5	
S/ rendimentos	44,19	29,47	14,27	5,74	2,49	3,84	100%
Até 1	41,99	28,45	15,07	6,28	2,93	5,28	100%
Mais de 1 a 2	48,20	25,8	11,44	4,62	2,39	7,55	100%
Mais de 2 a 3	56,25	26,13	9,44	3,19	1,53	3,46	100%
Mais de 3 a 5	57,65	26,34	9,22	2,98	1,38	2,43	100%
Mais de 5 a 10	55,94	27,31	9,66	3,03	1,42	2,64	100%
Mais de 10 a 20	51,14	28,92	11,67	3,99	1,54	2,74	100%
Mais de 20	44,74	32,86	13,48	4,58	1,86	2,48	100%
Total	46,06	28,38	13,31	5,29	2,4	4,58	100%

Fonte: IBGE ó Censo Demográfico de 2000

mulheres menores de 30 anos por número de filhos tidos nascidos vivos no Estado do Amazonas em 2000 (%)

Renda em Salário Mínimo	Total de filhos tidos nascidos vivos						Total
	1	2	3	4	5	mais de 5	
S/ rendimentos	21,10	21,10	16,8	12,1	7,55	21,35	100%
Até 1	17,20	18,09	15,49	12,07	8,77	28,38	100%
Mais de 1 a 2	16,45	15,20	13,91	10,6	8,06	35,78	100%
Mais de 2 a 3	20,25	23,1	17,16	11,28	7,78	20,43	100%
Mais de 3 a 5	21,75	28,02	18,36	10,81	5,98	15,08	100%
Mais de 5 a 10	24,96	31,64	21,25	8,03	4,95	9,17	100%
Mais de 10 a 20	24,93	33,29	24,25	8,18	3,32	6,03	100%
Mais de 20	19,66	43,19	19,62	8,34	4,88	4,31	100%
Total	20,75	20,48	16,25	11,28	7,38	23,86	100%

Fonte: IBGE ó Censo Demográfico de 2000

Em Manaus, nesse aspecto, os dados são semelhantes à realidade do Amazonas, mas se percebe que a queda taxas de fecundidade na capital do Estado já atinge as mulheres de todas as classes de rendimentos, acompanhando a média brasileira. A quantidade de mães menores de 30 anos do município de Manaus que pertenciam ao grupo das que tinham mais de 5 filhos era menor 52% do que o número de mulheres do Amazonas, ou seja, 13,89%, e o percentual maior das mães dessa classe de rendimentos, estava no grupo das que tinham 1 e 2 filhos que correspondia a 25,78% e 25,25%, respectivamente. (Tabela 31)

Tabela 31 ó Renda de mães menores de 30 anos por número de filhos tidos nascidos vivos em Manaus em 2000 (%)

Renda em Salário Mínimo	Total de filhos tidos nascidos vivos						Total
	1	2	3	4	5	mais de 5	
S/ rendimentos	25,78	25,25	18,69	10,35	6,04	13,89	100%
Até 1	21,3	22,45	16,61	12,87	7,77	19,00	100%
Mais de 1 a 2	20,87	18,62	16,86	11,17	7,40	25,08	100%
Mais de 2 a 3	22,80	24,88	17,56	10,55	7,09	17,12	100%
Mais de 3 a 5	24,28	28,83	18,45	9,89	5,88	12,67	100%
Mais de 5 a 10	27,10	32,85	21,49	6,78	4,22	7,56	100%
Mais de 10 a 20	26,34	34,05	24,33	7,33	2,75	5,20	100%
Mais de 20	20,11	45,96	19,55	8,30	3,65	2,43	100%
Total	24,04	24,52	18,30	10,43	6,35	16,36	100%

Fonte: IBGE ó Censo Demográfico de 2000

Amazonas são típicos de uma região com baixo nível de desenvolvimento sócio-econômico. O percentual de mulheres pertencentes às três primeiras classes de rendimentos e que tinham mais de 5 filhos era bastante elevado e crescente, com 21,35%, 28,38% e 35,78%, respectivamente. O percentual de mães do interior do Estado com mais de 5 filhos e que pertenciam a classe das que não possuíam rendimentos, era superior em 100% em relação ao percentual das mulheres de Manaus, pertencentes a essa mesma categoria de rendimentos.(Tabela 32)

Tabela 32 ó Renda de mães menores de 30 anos por número de filhos tidos nascidos vivos no Interior do Estado do Amazonas em 2000 (%)

Renda em Salário Mínimo	total de filhos tidos nascidos vivos						Total
	1	2	3	4	5	Mais de 5	
S/ rendimentos	16,64%	17,16%	15,01%	13,77%	8,96%	28,46%	100%
Até 1	13,64%	14,34%	14,52%	11,37%	9,63%	36,50%	100%
Mais de 1 a 2	10,04%	10,28%	9,63%	9,78%	9,03%	51,24%	100%
Mais de 2 a 3	13,77%	18,54%	16,13%	13,15%	9,53%	28,88%	100%
Mais de 3 a 5	11,25%	24,64%	17,96%	14,63%	6,29%	25,23%	100%
Mais de 5 a 10	14,75%	25,85%	20,08%	14,00%	8,48%	16,84%	100%
Mais de 10 a 20	14,73%	27,65%	23,85%	14,40%	7,45%	11,92%	100%
Mais de 20	13,97%	7,82%	20,67%	8,94%	20,67%	27,93%	100%
Total	108,79%	146,28%	137,85%	100,04%	80,04%	227,00%	100%

Fonte: IBGE ó Censo Demográfico de 2000

7. CONCLUSÕES

As mudanças demográficas ocorridas no Brasil no processo de transição que se mostrou evidente nos anos de 1980 através dos dados do Censo Demográfico de 1991 afastaram as pessimistas previsões de uma explosão demográfica. Em consequência disso, o tamanho das famílias diminuiu apresentando uma sensível queda do número de membros por domicílio que, apesar da predominância jovem, a população economicamente ativa cresceu, diminuindo assim o peso da dependência para sobreviver. Os dados do Censo de 1980 revelaram uma significativa melhora na situação sócio-econômica das famílias brasileiras com redução da pobreza, onde 44% das famílias sobreviviam com menos de $\frac{1}{4}$ de salário mínimo em 1970 reduzindo essa proporção para 18% em 1980.

Percebemos a importância da família brasileira como unidade econômica principalmente diante da nova composição etária que se configurou no processo de transição demográfica acompanhada pela mudança de concepção da população no que tange a decisão de ter filhos. A antiga idéia pró-natalista influenciada por valores morais e religiosos foi substituída pela preocupação com os custos que os filhos representam para os pais, sobretudo os custos de oportunidade no mercado de trabalho que atingem diretamente as mães.

A melhoria das condições de moradia, educação, saneamento básico e higiene, acompanhadas pelo progresso da medicina e da saúde pública no controle de doenças endêmicas da população brasileira a partir da década de setenta motivou a queda das taxas de mortalidade, sobretudo a mortalidade infantil devido aos cuidados que as mães passaram a ter com suas crianças recém-nascidas.

A queda das taxas de fecundidade no Brasil, que ocorreu posteriormente à redução das taxas de mortalidade, se apresentou contínua nos três últimos períodos intercensitários do século XX, ou seja, os anos 1980, 1991 e 2000, com taxas de 4,3%, 2,4% e 2,2%, respectivamente, e taxas médias geométricas de crescimento anual de 1,93% na década de 1980 e 1,63% na década de 1990.

Apesar de ter seguido a tendência brasileira na redução das taxas de crescimento populacional, percebemos que no Amazonas, a componente fecundidade apresentou queda em menor velocidade do que a média brasileira em 2000, principalmente nas localidades com baixo nível de desenvolvimento sócio-econômico, como as áreas rurais e parte do interior do Estado, revelando uma significativa diferença de comportamento quanto à decisão de ter filhos.

Quando analisamos o universo de mães menores de 30 anos de filhos tidos nascidos vivos em 2000, perfil de mulheres que adotamos neste trabalho, verificamos a forte tendência da mulher brasileira em ter apenas 1 filho e uma quantidade bastante reduzida daquelas com mais de 5 filhos. Já no Amazonas, vimos que a realidade ainda é muito diferente, pois 20% dessas mulheres possuíam 1 filho, enquanto que 24% tinham mais de 5 filhos, sendo que no Brasil, esse percentual correspondia a 46% e 4,55%, respectivamente.

escolaridade dessas mães com o número de filhos tidos, constatamos que no Amazonas há um percentual muito elevado de mulheres que possuíam mais de 5 filhos no grupo daquelas sem instrução ou com menos de 1 ano de estudos, com 51,11% contra 7,51% em todo Brasil. No grupo de mães que possuíam o ensino médio completo ou que já haviam iniciado uma faculdade, constatamos a forte tendência da influência da escolaridade no nível de fecundidade da mulher brasileira onde 64% das mulheres desse grupo possuía 1 filho, enquanto que somente 1,02% tinham 5 filhos.

Podemos afirmar também, de acordo com os dados verificados no decorrer deste trabalho, que quanto maior o nível de escolaridade, maiores são as chances das pessoas obterem melhores rendimentos e, por conseguinte, um melhor padrão de vida. No Amazonas, constatamos que 60% das mães sem instrução não possuíam rendimentos em 2000, enquanto que no grupo das escolarizadas, esse percentual reduziu quase que a metade para 34%. O que nos permite supor que o mercado de trabalho está ficando cada vez mais exigente, tendo em vista o desenvolvimento de novas tecnologias que visem ao aumento da produtividade e competitividade das empresas modernas com o objetivo de melhorar e ampliar suas margens de lucros, diminuindo assim, as chances de emprego para as pessoas sem qualificação.

Apesar da constatação do aumento de pessoas sem instrução no grupo das que não tinham rendimentos em 2000 no Amazonas, essa situação ainda é menos grave quando comparamos à média brasileira, pois entre as mães sem qualificação ou com menos de 1 ano de estudos no Brasil, 67% não tinham rendimentos, sendo que 17,77% desse grupo de escolaridade, só conseguiam ganhar no máximo até 2 salários mínimos, pois a partir desse patamar os dados vão se tornando residuais, enquanto que, no Amazonas, 28% das mães nessas condições de escolaridade, ainda conseguiam ganhar até 2 salários mínimos. Isso mostrou, portanto, que, no Amazonas, as oportunidades de rendimentos ainda eram maiores

do que o mercado de trabalho amazonense ainda absorvia pessoas sem qualificação.

Vimos também que no Amazonas, quando relacionamos o nível de renda com a quantidade de filhos tidos, um percentual muito elevado de mães com mais de 5 filhos pertencentes ao grupo das que não tinham rendimentos, representando 21,35%. O comportamento da fecundidade das mães brasileiras está mais sensível às condições de rendimentos do que no Amazonas, pois 44,19% das que tinham 1 filho não tinham rendimentos, enquanto somente 3,84% desse grupo tinham mais de 5 filhos.

Constatamos, neste estudo, que educação e renda estão negativamente correlacionadas com o nível de crescimento populacional, sobretudo na componente fecundidade, evidenciando o fato de que a redução do tamanho das famílias reflete, positivamente, na situação sócio-econômica da população. Percebemos que os investimentos em estrutura sócio-econômica básica no Brasil, através da inserção de novas tecnologias e o progresso da medicina, acima citados, contribuíram para a queda das taxas de mortalidade, sendo determinantes para a posterior queda das taxas de fecundidade. Porém, é notório que os diferenciais de fecundidades entre o Amazonas e o Brasil estão ligados a esses investimentos que não são realizados de forma igualitária para todas as regiões do país, sobretudo os investimentos em educação, refletindo nas disparidades sócio-econômicas existentes.

Neste sentido, cabe aqui um questionamento quanto à condição do Brasil como um país subdesenvolvido pertencente ao Terceiro Mundo, onde a miséria e a pobreza condizem com a realidade de uma grande parcela da população. Vimos que na década de 1990, o grau de desigualdade de renda entre ricos e pobres no país ainda era bastante elevado, pois o aumento da capacidade produtiva da economia, com a ampliação quantitativa da produção, não condiz, necessariamente, ao aumento do produto per capita, onde a população teria um



PDF
Complete

*Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.*

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

cos necessários, condição principal para a promoção do

Desenvolvimento Econômico.



Your complimentary
use period has ended.
Thank you for using
PDF Complete.

[Click Here to upgrade to
Unlimited Pages and Expanded Features](#)

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo de Paiva (Org.); CARNEIRO, Dionísio Dias et al. A ordem do progresso: Cem anos de política econômica republicana 1889-1989. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BAPTISTA FILHO, Olavo. Economia da educação, planejamento e explosão demográfica. São Paulo: Pioneira, 1991.

BENCHIMOL, Samuel. Exportações da Amazônia Brasileira 1994/1995. Manaus: Reprográfica, 1996.

_____, Expansão e concentração demográfica. Manaus: CEDEAM, 1981.

BENTES, Rosalvo Machado. A Zona Franca, desenvolvimento regional e o processo migratório para Manaus. Belém, 1983 (dissertação de mestrado)

BERELSON, Bernar. População ó a crise que desafia o mundo. São Paulo: Cultrix, 1969.

BERQUÓ, Elza e CAVENAGHI, Suzana. Mapeamento sócio-econômico e demográfico dos regimes de fecundidade no Brasil e sua variação entre 1991 e 2000.

BRITO, Paulo. Economia brasileira: Planos econômicos e políticas econômicas básicas. São Paulo: Atlas, 2004.

emografia econômica, 2ª ed, Progresso Editora: 1960.

CARDOSO, Eliana. *Economia brasileira ao alcance de todos*. 9ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CARVALHO, José Alberto M. *Crescimento populacional e estrutura demográfica no Brasil*. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, (Texto para Discussão nº 227), 2004.

_____, *Transição demográfica no Brasil: aspectos relevantes para a previdência*. Rio de Janeiro: IPEA (Texto para Discussão nº 345) 1994.

CASTRO, Cláudio de Moura e. *Desenvolvimento econômico, educação e educabilidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Fename, 1976.

COALE, Ansley J. e HOOVER, Edgar M. *População e desenvolvimento econômico*, 1ª ed. Fundo de Cultura, 1966.

COOK, Robert. *A fertilidade humana*. Ibrasa, SP, 1960.

CORAGGIO, José Luís. *Desenvolvimento humano e educação*. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire, 1996.

CRAWFORD, Richard. *Na era do capital humano*. São Paulo: Atlas, 1994.

FIGUEIREDO, Aguinaldo Nascimento. *História Geral do Amazonas*.

FERREIRA, Sylvio Mário Puga. *Desenvolvimento Industrial da Zona Franca de Manaus: Paradigmas e Propensões*. *Revista da Universidade do Amazonas: Série Ciências Tecnológicas*, Manaus, v.2, número especial, p. 47-60, jan./dez. 2000.

FONSECA, Marília. *O Banco Mundial e a gestão da educação brasileira*.

FREIRE, José Ribamar Bessa et al. *A Amazônia colonial (1616 ó 1798)*. 4ª ed. Amazonas: Editora Metro Cúbico, 1994.

FURASTÉ, Pedro Augusto. *Normas técnicas para o trabalho científico*. 13ª ed. Porto Alegre: 2004

ômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1977.
atuais da educação. Porto Alegre: Aritmed, 2000.

GASTALDI, J. Petrelli. Elementos de economia política. 18ª ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1988.

_____, Técnicas de pesquisa em economia e elaboração de monografias. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GODWIN, Francis W. A força criadora. Rio de Janeiro: Livraria Freitas Bastos S/A, 1967.

GREMAUD, Amaury et al. Economia brasileira contemporânea. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HALL, Anthony L. Amazônia: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no Programa Grande Carajás. Tradução de Ruy Jungmann. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

HARBISON, Frederick. O desenvolvimento do potencial humano de alto nível e o crescimento econômico. Rio de Janeiro: FGV, 1965.

IBGE. Censo Demográfico de 2000.

LACERDA, Antonio Correa, et al. Economia brasileira. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI Marina de. Fundamentos de metodologia científica. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 1991

LANGONI, Carlos Geraldo. A economia da transformação. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1976.

LEVIN, Henry M. Educação e desigualdade no Brasil. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

MALTHUS, Thomas. Ensaio sobre a população. São Paulo: Nova Cultural, 1996

e economia. São Paulo: Nova Cultural, 1988
de renda, desemprego e pobreza no Brasil: Análise de uma
amostra de municípios. Rio de Janeiro: IPEA / INPES, 1970.

MELO, Mário Lacerda de e Moura, Hélio de A. Migrações para Manaus. Recife: Editora Massangana, 1990.

MERRICK, Thomas W. e GRAHAM, Douglas H. *População e desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores S/A, 1981.

MILL, Stuart. Princípios de economia política. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MORGAN, Claude. A fome no mundo. Editorial Estúdios Cor, 1966.

MOREIRA, Morvan de Melo. O novo padrão demográfico e as conseqüências sócio-econômicas da Transição Demográfica Brasileira. Recife: Cadernos de Estudos Sociais, 1996.

NICÁCIO, Ricardo Manoel. O impacto da Zona Franca de Manaus sobre a qualidade de vida da Zona Franca de Manaus. Brasília-DF (Dissertação de Mestrado), 1982.

PASTORE, José; ZYLBERRSTAJN, Hélio; PAGOTTO, Carmen Sílvia. Mudança social e pobreza no Brasil: 1970-1980 (O que ocorreu com a família brasileira?). São Paulo: Pioneira, 1983.

PEIXOTO, João Batista. O grande desafio da explosão demográfica: 7 bilhões. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1978

PINHO, Carlos Marques. Economia da educação e desenvolvimento econômico. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1970.

PONTES FILHO, Raimundo Pereira. Estudos de história do Amazonas. Manaus: Valer, 2000.

QUEIROZ, Bernardo Lanza. Os impactos das mudanças populacionais sobre o crescimento econômico: janelas e dividendos. CEDEPLAR/UFMG. Disponível em:
< <http://www.unfpa.org.br/arquivos/impactos.htm> > Acesso em: 09/04/2006.

RICARDO, David. Princípios de economia política e tributação. Tradução de Paulo Henrique Ribeiro Sandroni. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

le economia do século XXI. Rio de Janeiro e São Paulo:

SCHULTZ, Theodore. Valor econômico da educação. 2ª ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1967.

SHEEHAN, John. A economia da educação. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

SINGER, Paul. Dinâmica populacional e desenvolvimento econômico. 4ªed. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____, Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas. 3ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.

SMITH, Adam. A riqueza das nações. 3ª ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988, p.

SOUZA, Márcio. Breve história da Amazônia. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 2001.

SOUZA, Nali (coord.). Introdução à economia. São Paulo: Atlas, 1996

SUNKEL, Osvaldo e PAZ, Pedro. *A teoria do desenvolvimento econômico*. Difel:1976.

VAIZEY, John. Economia da educação. Tradução de José Reis. São Paulo: IBRASA, 1968.